

PREFEITURA MUNICIPAL DE JAGUARUANA
DECISÃO DOS RECURSOS CONTRA GABARITO PRELIMINAR
CONCURSO PÚBLICO - EDITAL Nº 002/2024

I - DOS RECURSOS

Trata-se de recursos interpostos pelos candidatos concorrentes aos CARGOS **AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS**, que insurgem contra a publicação do GABARITO PRELIMINAR da Prova Escrita Objetiva de Múltipla Escolha, conforme disposto no Edital 002/2024 do CONCURSO PÚBLICO DO PREFEITURA MUNICIPAL DE JAGUARUANA.

II - DA DISPOSIÇÃO E DOS FUNDAMENTOS
ANÁLISE DOS RECURSOS

Os questionamentos suscitados pelos recorrentes são a seguir analisados:

Questão 27

Procedem as alegações do recorrente.

De fato, a questão contém erro material, dessa forma a mesma será anulada.

QUESTÃO NULA.

DEFERIDO

Questão 28

Procedem as alegações do recorrente.

De fato, a questão contém erro material, dessa forma a mesma será anulada.

QUESTÃO NULA.

DEFERIDO

Questão 30

Improcedem as alegações do recorrente.

Quanto à questão ora solicitada anulação, refere-se a NBR-6 que dispõe sobre os Equipamentos de Proteção Individual (EPI), sobre este tema, empregador e/ou organização, correspondem ao mesmo institucional.

Posto isso, as alternativas corretas em consonância ao item 6.5 da norma que dispõe sobre as responsabilidades da organização:

6.5 Responsabilidades da organização

6.5.1 Cabe à organização, quanto ao EPI:

- a) adquirir somente o aprovado pelo órgão de âmbito nacional competente em matéria de segurança e saúde no trabalho;
- b) orientar e treinar o empregado;
- c) fornecer ao empregado, gratuitamente, EPI adequado ao risco, em perfeito estado de conservação e funcionamento, nas situações previstas no subitem 1.5.5.1.2 da Norma

Regulamentadora nº 01 (NR-01) - Disposições Gerais e Gerenciamento de Riscos Ocupacionais, observada a hierarquia das medidas de prevenção;

- d) registrar o seu fornecimento ao empregado, podendo ser adotados livros, fichas ou sistema eletrônico, inclusive, por sistema biométrico;
- e) exigir seu uso;
- f) responsabilizar-se pela higienização e manutenção periódica, quando aplicáveis esses procedimentos, em conformidade com as informações fornecidas pelo fabricante ou importador;
- g) substituir imediatamente, quando danificado ou extraviado; e
- h) comunicar ao órgão de âmbito nacional competente em matéria de segurança e saúde no trabalho qualquer irregularidade observada.

São corretas apenas as alternativas III e IV em correspondência ao texto da lei.

Gabarito mantido.

INDEFERIDO

Questão 34

Improcedem as alegações do recorrente.

O modelo Taylorista, desenvolvido por Frederick Taylor, baseia-se na divisão rigorosa entre a gerência e a execução, com foco na especialização e na padronização das tarefas. A ideia era maximizar a eficiência através da divisão do trabalho, separando quem planeja (gerência) de quem executa, resultando em um aumento da produtividade e criação de muitos postos de trabalho, mas também gerando forte especialização e fragmentação das tarefas.

**Gabarito mantido.
INDEFERIDO**

Questão 35

Procedem as alegações do recorrente.

De fato, a questão apresenta erro material, dessa forma a mesma será anulada.

**QUESTÃO NULA.
DEFERIDO**

Questão 38

Improcedem as alegações do recorrente.

A ergonomia cognitiva está relacionada aos processos mentais, como raciocínio, memória, tomada de decisões, desempenho, interação com equipamentos e os efeitos do estresse. Ela estuda como as capacidades cognitivas do ser humano podem influenciar sua interação com os sistemas e como otimizar essas interações para melhorar a eficiência, segurança e o bem-estar no ambiente de trabalho.

As outras alternativas estão relacionadas a diferentes aspectos da ergonomia:

- Ergonomia Relacional envolve a interação entre as pessoas e seus ambientes de trabalho, mas não se foca diretamente nos processos mentais.
- Ergonomia Física trata das características físicas e anatômicas do ambiente de trabalho e como elas influenciam a saúde do trabalhador, focando em postura, movimentos e força.
- Ergonomia Organizacional envolve a organização do trabalho, incluindo aspectos como carga de trabalho, comunicação e estrutura organizacional.

**Gabarito mantido.
INDEFERIDO**

III - DAS CONCLUSÕES

Diante do exposto, submetido o presente recurso à análise da Banca Examinadora, os mesmos foram julgados **DEFERIDOS e/ou INDEFERIDOS** de acordo com as decisões e fundamentações supra elencadas, com base no Capítulo IX do Edital que rege este Concurso Público. Fica reiterado que ***“A banca examinadora constitui única instância para recurso, sendo soberana em suas decisões, razão pela qual não caberão recursos adicionais.”***

Publique-se,

Fortaleza – CE, 25 de Novembro de 2024.

INSTITUTO CONSULPAM

PREFEITURA MUNICIPAL DE JAGUARUANA
DECISÃO DOS RECURSOS CONTRA GABARITO PRELIMINAR
CONCURSO PÚBLICO - EDITAL Nº 002/2024

I - DOS RECURSOS

Trata-se de recursos interpostos pelos candidatos concorrentes aos CARGOS **006 - FISCAL DE TRIBUTOS E ARRECADAÇÃO**, que insurgem contra a publicação do GABARITO PRELIMINAR da Prova Escrita Objetiva de Múltipla Escolha, conforme disposto no Edital 002/2024 do CONCURSO PÚBLICO DO PREFEITURA MUNICIPAL DE JAGUARUANA.

II - DA DISPOSIÇÃO E DOS FUNDAMENTOS
ANÁLISE DOS RECURSOS

Os questionamentos suscitados pelos recorrentes são a seguir analisados:

Questão 07

Improcedem as alegações do recorrente.

Os vocábulos das alternativas II e III apresentam antônimos, ao invés de sinônimos. Portanto a alternativa correta é “b” (apenas I e IV).

Gabarito mantido.

INDEFERIDO

III - DAS CONCLUSÕES

Diante do exposto, submetido o presente recurso à análise da Banca Examinadora, os mesmos foram julgados **DEFERIDOS e/ou INDEFERIDOS** de acordo com as decisões e fundamentações supra elencadas, com base no Capítulo IX do Edital que rege este Concurso Público. Fica reiterado que ***“A banca examinadora constitui única instância para recurso, sendo soberana em suas decisões, razão pela qual não caberão recursos adicionais.”***

Publique-se,

Fortaleza – CE, 25 de Novembro de 2024.

INSTITUTO CONSULPAM

PREFEITURA MUNICIPAL DE JAGUARUANA
DECISÃO DOS RECURSOS CONTRA GABARITO PRELIMINAR
CONCURSO PÚBLICO - EDITAL Nº 002/2024

I - DOS RECURSOS

Trata-se de recursos interpostos pelos candidatos concorrentes aos CARGOS **007 - FISCAL AMBIENTAL**, que insurgem contra a publicação do GABARITO PRELIMINAR da Prova Escrita Objetiva de Múltipla Escolha, conforme disposto no Edital 002/2024 do CONCURSO PÚBLICO DO PREFEITURA MUNICIPAL DE JAGUARUANA.

II - DA DISPOSIÇÃO E DOS FUNDAMENTOS
ANÁLISE DOS RECURSOS

Os questionamentos suscitados pelos recorrentes são a seguir analisados:

Questão 31

Improcedem as alegações do recorrente.

Conforme a Lei nº 11.428/2006:

IV - prática preservacionista: atividade técnica e cientificamente fundamentada, imprescindível à proteção da integridade da vegetação nativa, tal como controle de fogo, erosão, espécies exóticas e invasoras;

Gabarito mantido.

INDEFERIDO

III - DAS CONCLUSÕES

Diante do exposto, submetido o presente recurso à análise da Banca Examinadora, os mesmos foram julgados **DEFERIDOS e/ou INDEFERIDOS** de acordo com as decisões e fundamentações supra elencadas, com base no Capítulo IX do Edital que rege este Concurso Público. Fica reiterado que ***“A banca examinadora constitui única instância para recurso, sendo soberana em suas decisões, razão pela qual não caberão recursos adicionais.”***

Publique-se,

Fortaleza – CE, 25 de Novembro de 2024.

INSTITUTO CONSULPAM

PREFEITURA MUNICIPAL DE JAGUARUANA
DECISÃO DOS RECURSOS CONTRA GABARITO PRELIMINAR
CONCURSO PÚBLICO - EDITAL Nº 002/2024

I - DOS RECURSOS

Trata-se de recursos interpostos pelos candidatos concorrentes aos CARGOS **008 - AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE**, que insurgem contra a publicação do GABARITO PRELIMINAR da Prova Escrita Objetiva de Múltipla Escolha, conforme disposto no Edital 002/2024 do CONCURSO PÚBLICO DO PREFEITURA MUNICIPAL DE JAGUARUANA.

II - DA DISPOSIÇÃO E DOS FUNDAMENTOS
ANÁLISE DOS RECURSOS

Os questionamentos suscitados pelos recorrentes são a seguir analisados:

Questão 03

Improcedem as alegações do recorrente.

O gênero textual informativo é uma forma de comunicação escrita que tem como objetivo principal transmitir informações de forma clara e objetiva. Esse tipo de gênero é muito comum em sites de notícias e outros meios de comunicação e têm como propósito informar o leitor sobre determinado assunto. Neste caso, “informar à sociedade que a qualidade do meio ambiente têm um impacto direto na saúde das pessoas”.

Gabarito mantido.

INDEFERIDO

Questão 05

Improcedem as alegações do recorrente.

Somente o par de palavras - Manutenção e discussão – está escrito corretamente.

- a) excessão – exceção
- b) pretenção – pretensão
- c) agreção – agressão

Gabarito mantido.
INDEFERIDO

Questão 15

Improcedem as alegações do recorrente.

A formatação condicional permite definir regras para que células mudem de cor automaticamente com base em condições específicas. No caso do enunciado, a formatação condicional pode ser configurada para que as células fiquem verdes para os alunos aprovados e vermelhas para os reprovados, facilitando a visualização dos resultados.

Gabarito mantido.
INDEFERIDO

Questão 17

Improcedem as alegações do recorrente.

O poder de polícia é a competência da Administração Pública para limitar ou restringir o exercício de direitos individuais, com o objetivo de proteger interesses públicos, como a segurança, a ordem, a saúde e a tranquilidade públicas. Nesse contexto, a autoridade administrativa pode impor sanções, inclusive penalidades pecuniárias, para garantir o cumprimento de normas de interesse público.

Gabarito mantido.
INDEFERIDO

Questão 19

Improcedem as alegações do recorrente.

Alternativa B (Correta): A administração pública deve sempre agir de acordo com o interesse público, que é a finalidade maior de seus atos. O princípio da finalidade impede que o administrador utilize o poder conferido pela lei para fins pessoais ou alheios ao bem comum. Quando o ato administrativo tem uma finalidade que não corresponde ao interesse público, ele é considerado inválido, por desvio de finalidade. O princípio da legalidade, juntamente com a finalidade, garante que a atuação administrativa seja vinculada ao propósito legalmente previsto.

Alternativa A (Incorreta): A finalidade da administração pública não pode, em hipótese alguma, ser desviada para atender interesses pessoais, mesmo que não conflitantes com o interesse público. O desvio de finalidade é considerado uma grave infração ao princípio constitucional da impessoalidade, que exige que o ato administrativo seja sempre praticado em nome do interesse público, e não em benefício de interesses privados.

Alternativa C (Incorreta): O princípio da finalidade não confere ao administrador público o poder de alterar ou adaptar os fins da administração conforme sua conveniência. A discricionariedade administrativa permite escolhas dentro dos limites legais, mas não autoriza a mudança de finalidades estabelecidas por lei. O interesse público deve ser perseguido de forma objetiva, e qualquer desvio em favor de grupos específicos constitui abuso de poder.

Alternativa D (Incorreta): O princípio da finalidade é rígido no sentido de que o interesse público não pode ser conciliado com o interesse privado quando há conflito. A administração pública deve atuar de maneira imparcial, e qualquer tentativa de conciliar o interesse público com benefícios privados compromete a moralidade administrativa e viola o princípio da impessoalidade.

Referências:

- BANDEIRA DE MELLO, Celso Antônio. Curso de Direito Administrativo, 33^a ed., Malheiros, 2018.
- DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. Direito Administrativo, 33^a ed., Atlas, 2020.
- MEIRELLES, Hely Lopes. Direito Administrativo Brasileiro, 46^a ed., Malheiros, 2021.
- Constituição Federal de 1988, art. 37.
- Lei n° 9.784/1999, art. 2º, parágrafo único, inciso II.

Gabarito mantido.

INDEFERIDO

Questão 21

Improcedem as alegações do recorrente.

Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de Articulação Estratégica de Vigilância em Saúde. Guia de Vigilância em Saúde [recurso eletrônico] / Ministério da Saúde, Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de Articulação Estratégica de Vigilância em Saúde. – 5. ed. rev. e atual. – Brasília: Ministério da Saúde, 2022. LEISHMANIOSE TEGUMENTAR: CARACTERÍSTICAS GERAIS. ` DESCRIÇÃO: Doença infecciosa, não contagiosa, causada por protozoário, de transmissão vetorial, que acomete pele e mucosas. AGENTE ETIOLÓGICO Protozoário do gênero *Leishmania*. No Brasil, foram identificadas sete espécies, sendo seis do subgênero *Viannia* e uma do subgênero *Leishmania* (CONCEIÇÃO-SILVA; ALVES, 2014; BRASIL, 2017). As três principais espécies são: • *Leishmania* (*Leishmania*) *amazonensis*. • *Leishmania* (*Viannia*) *guyanensis*. • *Leishmania* (*Viannia*) *braziliensis*. RESERVATÓRIOS Infecções por leishmanias que causam a leishmaniose tegumentar (LT) foram descritas em várias espécies de animais silvestres (roedores, marsupiais, edentados e canídeos silvestres), sinantrópicos (roedores) e domésticos (canídeos, felídeos e equídeos). Com relação a esses últimos, seu papel na manutenção do parasito no meio ambiente ainda não foi esclarecido. VETORES Os vetores da LT são insetos denominados flebotomíneos, pertencentes à ordem Diptera, família Psychodidae, subfamília Phlebotominae, gênero *Lutzomyia* (classificação Young & Duncan, 1994), conhecidos popularmente como mosquito palha, tatuquira, birigui, entre outros, dependendo da localização geográfica. MODO DE TRANSMISSÃO Por meio da picada de fêmeas de flebotomíneos infectadas. Não há transmissão de pessoa a pessoa. PERÍODO DE INCUBAÇÃO No ser humano, em média de dois a três meses, podendo apresentar períodos mais curtos (duas semanas) e mais longos (dois anos).

Gabarito mantido.

INDEFERIDO

Questão 22

Improcedem as alegações do recorrente.

Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de Articulação Estratégica de Vigilância em Saúde. Guia de Vigilância em Saúde [recurso eletrônico] / Ministério da Saúde, Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de Articulação Estratégica de Vigilância em Saúde. – 5. ed. rev. e atual. – Brasília: Ministério da Saúde, 2022. FEBRE MACULOSA BRASILEIRA E OUTRAS RIQUETSIOSES. CARACTERÍSTICAS GERAIS: DESCRIÇÃO A febre maculosa, denominação utilizada para as riquetsioses no Brasil, é uma doença infecciosa febril aguda causada por riquetsias transmitidas por carrapatos, de gravidade variável, que pode cursar com formas leves e atípicas, até formas graves com elevada taxa de letalidade. A febre maculosa brasileira, causada pela *Rickettsia rickettsii*, é a riquetsiose mais prevalente e reconhecida. Novas riquetsioses, também causadoras de quadros clínicos da febre maculosa, têm sido confirmadas em diversas regiões do País (LABRUNA et al., 2011; SZABÓ; PINTER; LABRUNA, 2013). ROTAVIROSE: DESCRIÇÃO A doença causada por rotavírus, também conhecida como rotavirose, é uma gastroenterite aguda (inflamação do estômago e dos intestinos) compreendida entre as doenças diarreicas agudas (DDA), e varia de um quadro leve, com predominância de diarreia líquida e vômitos de duração limitada, a quadros graves, com desidratação grave e febre, podendo evoluir a óbito (CENTERS FOR CONTROL DISEASE AND PREVENTION, 2019). FEBRE TIFÓIDE: DESCRIÇÃO A febre tifoide é uma infecção sistêmica causada pela *Salmonella Typhi*, geralmente por ingestão de alimentos ou água contaminados (WHO, 2018), e ocorre predominantemente em locais associados a precárias condições de higiene e à falta de saneamento básico (STANAWAY et al., 2017). FEBRE AMARELA: DESCRIÇÃO Doença infecciosa febril aguda, imunoprevenível, de evolução abrupta e gravidade variável, com elevada letalidade nas suas formas graves. O agente etiológico é transmitido por artrópodes (vetores), da família Culicidae, habitualmente conhecidos como mosquitos e pernilongos. A importância epidemiológica decorre da gravidade clínica, da elevada letalidade e do potencial de disseminação e impacto, sobretudo se a transmissão for urbana, por *Aedes aegypti*. MALÁRIA: DESCRIÇÃO Doença infecciosa febril aguda, cujos agentes etiológicos são protozoários transmitidos por vetores. No Brasil, a magnitude da malária está relacionada à elevada incidência da doença na região amazônica e à sua gravidade clínica potencial. Causa consideráveis perdas sociais e econômicas na população sob risco, principalmente naquela que vive em condições precárias de habitação e saneamento.

Gabarito mantido.

INDEFERIDO

Questão 25

Improcedem as alegações do recorrente.

Resolução nº 588, de 12 de julho de 2018. Art. 6º Para efeito desta Política serão utilizadas as seguintes definições: X - Vigilância em saúde ambiental: conjunto de ações e serviços que propiciam o conhecimento e a detecção de mudanças nos fatores determinantes e condicionantes do meio ambiente que interferem na saúde humana, com a finalidade de recomendar e adotar medidas de promoção à saúde, prevenção e monitoramento dos fatores de riscos relacionados às doenças ou agravos à saúde. XI - Vigilância em saúde do trabalhador e da trabalhadora: conjunto de ações que visam promoção da saúde, prevenção da morbimortalidade e redução de riscos e vulnerabilidades na população trabalhadora, por meio da integração de ações que intervenham nas doenças e agravos e seus determinantes decorrentes dos modelos de desenvolvimento, de processos produtivos e de trabalho. XII - Vigilância epidemiológica: conjunto de ações que proporcionam o conhecimento e a detecção de mudanças nos fatores determinantes e condicionantes da saúde individual e coletiva, com a finalidade de recomendar e adotar as medidas de prevenção e controle das doenças, transmissíveis e não-transmissíveis, e agravos à saúde. XIII - Vigilância sanitária: conjunto de ações capazes de eliminar, diminuir ou prevenir riscos à saúde e de intervir nos problemas sanitários decorrentes do ambiente, da produção e circulação de bens e da prestação de serviços do interesse da saúde. Abrange a prestação de serviços e o controle de bens de consumo que, direta ou indiretamente se relacionem com a saúde, compreendidas todas as etapas e processos, da produção ao consumo e descarte.

Gabarito mantido.

INDEFERIDO

Questão 26

Improcedem as alegações do recorrente.

Ministério da Saúde. <https://www.gov.br/saude/ptbr/assuntos/saude-de-a-a-z/a/aedes-aegypti>

Dengue — Ministério da Saúde (www.gov.br). Chikungunya — Ministério da Saúde (www.gov.br). Febre amarela — Ministério da Saúde (www.gov.br). Zika Vírus — Ministério da Saúde (www.gov.br). Os principais sintomas da dengue são: Febre alta > 38°C; Dor no corpo e articulações; Dor atrás dos olhos; Mal estar; Falta de apetite; Dor de cabeça; Manchas vermelhas no corpo. No entanto, a infecção por dengue pode ser assintomática (sem sintomas), apresentar quadro leve, sinais de alarme e de gravidade. Normalmente, a primeira manifestação da dengue é a febre alta (>38°C), de início abrupto, que geralmente dura de 2 a 7 dias, acompanhada de dor de cabeça, dores no corpo e articulações, além de prostração, fraqueza, dor atrás dos olhos, e manchas vermelhas na pele. TRANSMISSÃO: O vírus da dengue (DENV) pode ser transmitido ao homem principalmente por via vetorial, pela picada de fêmeas de *Aedes aegypti* infectadas, no ciclo urbano humano–vetor–humano. Os relatos de transmissão por via vertical (de mãe para filho durante a gestação) e transfusional são raros. Os sintomas iniciais da febre amarela são: início súbito de febre; calafrios; dor de cabeça intensa; dores nas costas; dores no corpo em geral; náuseas e vômitos; fadiga e fraqueza. A infecção pelo vírus Zika pode ser assintomática ou sintomática. Quando sintomática, pode apresentar quadro clínico variável, desde manifestações brandas e autolimitadas até complicações neurológicas e malformações congênitas. Estudos recentes indicam que mais de 50% dos pacientes infectados por Zika tornam-se sintomáticos. O período de incubação da doença varia de 2 a 7 dias. Manifestações mais comuns: Febre baixa ($\leq 38,5$ °C) ou ausente; Exantema (geralmente pruriginoso e maculopapular craniocaudal) de início precoce; Conjuntivite não purulenta; Cefaleia, artralgia, astenia e mialgia; Edema periarticular, linfonodomegalia. Chikungunya. Destaca-se que a doença pode evoluir em três fases: Febril ou aguda: tem duração de 5 a 14 dias. Pós-aguda: tem um curso de até 3 meses. Crônica: Se os sintomas persistirem por mais de 3 meses após o início da doença, considera-se instalada a fase crônica.

Gabarito mantido.

INDEFERIDO

Questão 27

Improcedem as alegações do recorrente.

Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Guia prático do agente comunitário de saúde / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Atenção Básica. – Brasília: Ministério da Saúde, 2009. Hipertensão arterial. Seu papel como ACS: O ACS pode atuar de duas formas: 1ª) Junto às pessoas que não têm o diagnóstico de hipertensão, mas possuem os fatores de risco; e 2ª) Em relação às pessoas, com diagnóstico de hipertensão. 1ª) Junto às pessoas que não têm o diagnóstico de hipertensão, mas possuem os fatores de risco: Estimular a adoção de hábitos alimentares saudáveis, com baixo teor de sal, baseados em frutas, verduras, derivados de leite desnatado; Orientar a redução do consumo de bebidas alcoólicas ou seu abandono; Estimular a realização de atividades físicas regulares a serem iniciadas de forma gradativa; Verificar regularmente a pressão arterial; Orientar para o agendamento de consulta na UBS. 2ª) Em relação às pessoas, com diagnóstico de hipertensão: Identificar os hipertensos de sua área de atuação e preencher a ficha B-HA do SIAB (Sistema de Informação de Atenção Básica); Diabetes Mellitus: Seu papel como ACS: 1) Junto às pessoas que não têm o diagnóstico de diabetes, mas possuem os fatores de risco: Identificar, na área de atuação, a partir dos fatores de risco, membros da comunidade com maior risco para diabetes, orientando-os a procurar a UBS para avaliação; Estimular a adoção de hábitos alimentares saudáveis, baseados em frutas, verduras, derivados de leite desnatado; Orientar a redução ou abandono do consumo de bebidas alcoólicas, assim como a redução/eliminação do tabagismo; Estimular a realização de atividades físicas regulares; Esclarecer à comunidade, por meio de ações individuais ou coletivas, os fatores de risco para o diabetes, orientando sobre as medidas de prevenção; Estimular essas pessoas a uma visita à ESF para orientação pelo médico e/ou enfermeira. 2) Em relação às pessoas com diagnóstico de diabetes: Estimular a realização de atividades físicas regulares; Estimular a organização de grupos de ajuda mútua, como grupos de caminhada, de estímulo à alimentação saudável, entre outros; Estimular a participação em grupos de orientação; Fazer acompanhamento da glicemia conforme orientação da equipe de saúde; Orientar para escovar corretamente os dentes após as refeições – o diabetes mal controlado facilita a inflamação das gengivas, podendo prejudicar a saúde bucal; Tuberculose: Seu papel como ACS: Orientações gerais relacionadas ao controle da tuberculose: Identificar os sintomáticos respiratórios (pessoas apresentando tosse com expectoração há pelo menos três semanas) nos domicílios e na comunidade; Encaminhar ou comunicar o caso suspeito à equipe de Saúde da Família ou à UBS; Orientar e encaminhar os comunicantes (pessoa que tem contato com o doente) à UBS para consulta, diagnóstico e tratamento, quando necessário; Orientar a coleta do escarro, quando solicitado pela UBS; Orientar para consumir alimentos saudáveis, estimular o consumo de líquidos e manter o ambiente limpo e arejado; Verificar, na Caderneta de Saúde da Criança, a sua situação vacinal: se faltoso, encaminhar à UBS/SF; Verificar a presença de cicatriz da vacina BCG no braço direito da criança. Caso não exista e não haja comprovante na Caderneta, encaminhar a criança para vacinação. Hanseníase: Seu papel como ACS: Orientações gerais relacionadas ao controle da hanseníase: Detectar em sua área de atuação pessoas com sinais e sintomas compatíveis com hanseníase e orientá-las a procurar a UBS; Orientar a buscar atendimento na UBS quando alguma pessoa se queixar de manchas sem sensibilidade local ou locais sem manchas, mas sem sensibilidade local; Encaminhar toda e qualquer pessoa que resida ou tenha residido com o doente de hanseníase nos últimos cinco anos (contatos intradomiciliares) para avaliação na UBS e estimulá-la a realizar o autoexame, mesmo depois da avaliação, de acordo com a orientação da equipe; Verificar a presença de cicatriz da BCG no braço direito do contato intradomiciliar. Caso exista uma ou nenhuma cicatriz vacinal e não haja comprovação na caderneta de vacina, orientar a procurar a Unidade Básica de Saúde para orientação, pois as situações devem ser avaliadas caso a caso; Realizar busca ativa dos contatos faltosos; Desenvolver ações educativas e de mobilização envolvendo a comunidade e equipamentos sociais (escolas, conselhos de saúde, associações de moradores etc.), abordando a importância do autoexame, o controle da hanseníase e o combate ao preconceito. Papel dos ACS junto às pessoas com diagnóstico da hanseníase: Realizar busca ativa de faltosos e daqueles que abandonaram o tratamento; Supervisionar o uso dos medicamentos, quando indicado e conforme planejamento da equipe; Orientar sobre a importância do tratamento correto; Nas visitas domiciliares,

atender os usuários em ambientes arejados (com ventilação de ar); Compartilhar com a equipe informações colhidas durante a visita domiciliar; Preencher a ficha B-HAN do SIAB (Sistema de Informação de Atenção Básica), mantendo-a atualizada; Orientar sobre os cuidados que a pessoa com hanseníase pode ter (autocuidado), para evitar complicações.

Gabarito mantido.
INDEFERIDO

Questão 36

Improcedem as alegações do recorrente.

Lei Orgânica 8080/90

Art. 7º As ações e serviços públicos de saúde e os serviços privados contratados ou conveniados que integram o Sistema Único de Saúde (SUS), são desenvolvidos de acordo com as diretrizes previstas no art. 198 da Constituição Federal, obedecendo ainda aos seguintes princípios:

- I - universalidade de acesso aos serviços de saúde em todos os níveis de assistência;
- II - integralidade de assistência, entendida como conjunto articulado e contínuo das ações e serviços preventivos e curativos, individuais e coletivos, exigidos para cada caso em todos os níveis de complexidade do sistema;
- III - preservação da autonomia das pessoas na defesa de sua integridade física e moral;
- IV - igualdade da assistência à saúde, sem preconceitos ou privilégios de qualquer espécie;
- V - direito à informação, às pessoas assistidas, sobre sua saúde;
- VI - divulgação de informações quanto ao potencial dos serviços de saúde e a sua utilização pelo usuário;
- VII - utilização da epidemiologia para o estabelecimento de prioridades, a alocação de recursos e a orientação programática;
- VIII - participação da comunidade;
- IX - descentralização político-administrativa, com direção única em cada esfera de governo:
 - a) ênfase na descentralização dos serviços para os municípios;
 - b) regionalização e hierarquização da rede de serviços de saúde;
- X - integração em nível executivo das ações de saúde, meio ambiente e saneamento básico;
- XI - conjugação dos recursos financeiros, tecnológicos, materiais e humanos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios na prestação de serviços de assistência à saúde da população;
- XII - capacidade de resolução dos serviços em todos os níveis de assistência; e
- XIII - organização dos serviços públicos de modo a evitar duplicidade de meios para fins idênticos.
- XIV – organização de atendimento público específico e especializado para mulheres e vítimas de violência doméstica em geral, que garanta, entre outros, atendimento, acompanhamento psicológico e cirurgias plásticas reparadoras, em conformidade com a Lei nº 12.845, de 1º de agosto de 2013.

Gabarito mantido.

INDEFERIDO

Questão 37

Improcedem as alegações do recorrente.

Guia para Investigações de Surtos ou Epidemias / Ministério da Saúde, Secretaria de Vigilância em Saúde, Departamento de Vigilância das Doenças Transmissíveis – Brasília : Ministério da Saúde, 2018.

Agravo: qualquer dano à integridade física, mental e social dos indivíduos provocado por circunstâncias nocivas, como acidentes, intoxicações, abuso de drogas e lesões auto ou heteroinfligidas.

Gabarito mantido.

INDEFERIDO

Questão 39

Improcedem as alegações do recorrente.

- Item I está correto. O lixo pode ser classificado de acordo com sua origem, como residencial, comercial e público. Essa classificação é uma forma comum de organizar os resíduos, facilitando o gerenciamento adequado do lixo.
- Item II está correto. O lixo produzido em serviços de saúde é classificado de forma diferenciada devido aos riscos que oferece à saúde humana e ao meio ambiente. Ele inclui materiais contaminados com microrganismos que necessitam de um manejo especial, sendo identificado como “lixo de outras fontes” (como hospitais, clínicas, etc.), e deve ser coletado separadamente.
- Item III está correto. O tempo de decomposição do papel em ambientes úmidos é, de fato, de aproximadamente 3 meses. Além disso, a recomendação de usar o papel de forma eficiente e reciclá-lo quando possível é uma boa prática ambiental, contribuindo para a redução do lixo e para a reutilização de recursos.

Gabarito mantido.

INDEFERIDO

III - DAS CONCLUSÕES

Diante do exposto, submetido o presente recurso à análise da Banca Examinadora, os mesmos foram julgados **DEFERIDOS e/ou INDEFERIDOS** de acordo com as decisões e fundamentações supra elencadas, com base no Capítulo IX do Edital que rege este Concurso Público. Fica reiterado que ***“A banca examinadora constitui única instância para recurso, sendo soberana em suas decisões, razão pela qual não caberão recursos adicionais.”***

Publique-se,

Fortaleza – CE, 25 de Novembro de 2024.

INSTITUTO CONSULPAM

PREFEITURA MUNICIPAL DE JAGUARUANA
DECISÃO DOS RECURSOS CONTRA GABARITO PRELIMINAR
CONCURSO PÚBLICO - EDITAL Nº 002/2024

I - DOS RECURSOS

Trata-se de recursos interpostos pelos candidatos concorrentes aos CARGOS **ASSISTENTE SOCIAL**, que insurgem contra a publicação do GABARITO PRELIMINAR da Prova Escrita Objetiva de Múltipla Escolha, conforme disposto no Edital 002/2024 do CONCURSO PÚBLICO DO PREFEITURA MUNICIPAL DE JAGUARUANA.

II - DA DISPOSIÇÃO E DOS FUNDAMENTOS
ANÁLISE DOS RECURSOS

Os questionamentos suscitados pelos recorrentes são a seguir analisados:

Questão 04

Improcedem as alegações do recorrente.

d) A elipse do complemento nominal é uma estratégia de coesão textual que evita a repetição desnecessária de informações, tornando o texto mais conciso e fluido, sem comprometer sua clareza, pois a informação omitida é facilmente recuperável pelo contexto.

Alternativa D está correta, pois a elipse (ou omissão) do complemento nominal é um recurso de coesão que torna o texto mais conciso e evita a repetição desnecessária, sem prejudicar a compreensão, pois o contexto permite que o leitor compreenda o que foi omitido.

Gabarito mantido.

INDEFERIDO

Questão 20

Improcedem as alegações do recorrente.

Fundamentos constitucionais dos direitos e deveres fundamentais: direitos e deveres individuais e coletivos; direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade; direitos sociais; nacionalidade; cidadania e direitos políticos; partidos políticos; garantias constitucionais individuais; garantias dos direitos coletivos, sociais e políticos; remédios do Direito Constitucional.

PRÉVIA PARA RESPOSTA DE RECURSO:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm

CF/88: “Art. 7º. [...] XXXIII - proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de dezoito e de qualquer trabalho a menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos;” (grifou-se).

Gabarito mantido.

INDEFERIDO

Questão 27

Improcedem as alegações do recorrente.

De acordo com os princípios da Assistência Social determinados no Art. 4º da LOAS são: supremacia do atendimento às necessidades sobre as exigências de rentabilidade econômica; universalização dos direitos sociais; respeito à dignidade do cidadão; igualdade de direitos no acesso ao atendimento, sem discriminação; divulgação ampla dos benefícios, serviços, programas e projetos. Os itens II e IV são diretrizes que norteiam a política de assistência social como definido em seu artigo 5º.

Gabarito mantido.

INDEFERIDO

Questão 32

Improcedem as alegações do recorrente.

De acordo com Baptista (2006), o método de intervenção inicial se baseava no método adotado pela Ação Católica e se estruturava por meio de ciclos de estudos, momento em que era discutido o que estava acontecendo. No início da profissão a atuação enfatizava uma abordagem individual, a partir de uma lógica culpabilizante do indivíduo. A observação e o diagnóstico aparecem na reatualização do conservadorismo em meados dos anos de 1960-1970. As metodologias de caso, grupo e de comunidade não surgiram no início da profissão, mas em torno dos anos de 1960-1970.

Gabarito mantido.

INDEFERIDO

Questão 35

Improcedem as alegações do recorrente.

Netto (2001) afirma que a caracterização da questão social em suas manifestações já conhecidas e em suas novas expressões, deve considerar as particularidades histórico-culturais e nacionais, porque “se a ‘lei geral’ opera independente de fronteiras políticas e culturais, seus resultantes societários trazem a marca da história que a concretiza.” O desemprego estrutural e a flexibilização de direitos estão incluídos no rol das novas manifestações da questão social e se configuram no período histórico da “mundialização do capital”. O teor revolucionário do proletariado organizado é um dos elementos que conforma a questão social em sua gênese. A discussão da integralidade foge do tema de análise sobre a Questão Social.

Gabarito mantido.

INDEFERIDO

III - DAS CONCLUSÕES

Diante do exposto, submetido o presente recurso à análise da Banca Examinadora, os mesmos foram julgados **DEFERIDOS e/ou INDEFERIDOS** de acordo com as decisões e fundamentações supra elencadas, com base no Capítulo IX do Edital que rege este Concurso Público. Fica reiterado que ***“A banca examinadora constitui única instância para recurso, sendo soberana em suas decisões, razão pela qual não caberão recursos adicionais.”***

Publique-se,

Fortaleza – CE, 25 de Novembro de 2024.

INSTITUTO CONSULPAM

PREFEITURA MUNICIPAL DE JAGUARUANA
DECISÃO DOS RECURSOS CONTRA GABARITO PRELIMINAR
CONCURSO PÚBLICO - EDITAL Nº 002/2024

I - DOS RECURSOS

Trata-se de recursos interpostos pelos candidatos concorrentes aos CARGOS **019 - ENFERMEIRO PLANTONISTA**, que insurgem contra a publicação do GABARITO PRELIMINAR da Prova Escrita Objetiva de Múltipla Escolha, conforme disposto no Edital 002/2024 do CONCURSO PÚBLICO DO PREFEITURA MUNICIPAL DE JAGUARUANA.

II - DA DISPOSIÇÃO E DOS FUNDAMENTOS
ANÁLISE DOS RECURSOS

Os questionamentos suscitados pelos recorrentes são a seguir analisados:

Questão 07

Improcedem as alegações do recorrente.

O único item correto é aquele que menciona “A pronúncia de “recordes” pode variar. Quando se refere ao substantivo (adjetivado) “recordes”, a pronúncia paroxítona é a mais adequada, mas já se registra a proparoxítona. Quando se refere ao verbo “recordar” na segunda pessoa do presente subjuntivo, a pronúncia paroxítona é a única correta.”

Gabarito mantido.

INDEFERIDO

Questão 12

Improcedem as alegações do recorrente.

1. $a^3 + b^3 = 20$
2. $a + b = 8$
3. $(a + b)^3 = 140$

Usamos a fórmula de expansão do cubo da soma:

$$(a + b)^3 = a^3 + b^3 + 3ab(a + b)$$

Substituímos os valores conhecidos:

$$140 = a^3 + b^3 + 3ab \cdot 8$$

Substituindo $a^3 + b^3 = 20$:

$$140 = 20 + 24ab$$

Agora, isolamos $24ab$:

$$140 - 20 = 24ab$$

$$120 = 24ab$$

Dividimos ambos os lados por 24:

$$ab = \frac{120}{24} = 5$$

Gabarito mantido.

INDEFERIDO

Questão 25

Procedem as alegações do recorrente.

As apresentações fetais mais comuns ao final da gestação são a cefálica (em que a cabeça está voltada para baixo) e a pélvica (em que a pelve ou os pés estão voltados para baixo). A apresentação cefálica é a mais desejável para o parto vaginal, pois facilita a passagem pelo canal de parto. Já a apresentação pélvica pode representar um risco maior e, em alguns casos, demanda uma abordagem específica, como a cesariana.

Corresponde a mudança de Gabarito, na Prova 02, de C para D.

DEFERIDO

Questão 26

Procedem as alegações do recorrente.

Em casos de acidentes escorpionicos com sintomas sistêmicos leves a moderados, como dor intensa e manifestações autonômicas (náuseas, vômitos, sudorese, etc.), a recomendação é administrar de 2 a 3 ampolas de soro antiescorpionico. Essa quantidade é suficiente para neutralizar o veneno e tratar as manifestações, especialmente quando os sintomas sistêmicos não são graves.

Corresponde a mudança de Gabarito, na Prova 02, de D para B.

DEFERIDO

Questão 28

Procedem as alegações do recorrente.

De fato, houve erro no Gabarito e o mesmo será corrigido.

Corresponde a mudança de Gabarito, na Prova 02, de A para B.

DEFERIDO

Questão 29

Procedem as alegações do recorrente.

De fato, a questão apresenta erro material onde a mesma, será anulada.

QUESTÃO NULA.

DEFERIDO

Questão 30

Procedem as alegações do recorrente.

Vamos calcular a pontuação com base nos critérios da Escala de Braden, que vão de 1 a 4 para cada categoria (exceto fricção e cisalhamento, que varia de 1 a 3).

1. Percepção sensorial: Muito limitada = 2 pontos.
 2. Umidade: Ocasionalmente molhado = 3 pontos.
 3. Atividade: Acamado = 1 ponto.
 4. Mobilidade: Totalmente imóvel = 1 ponto.
 5. Nutrição: Inadequada = 1 ponto.
 6. Fricção e cisalhamento: Problema = 1 ponto.
- Pontuações entre 6 e 9 indicam risco muito alto.
 - Pontuações entre 10 e 12 indicam risco alto.

Corresponde a mudança de Gabarito, na Prova 02, de B para A.

DEFERIDO

Questão 31

Improcedem as alegações do recorrente.

Manual de queimaduras para estudantes – Sociedade Brasileira de Queimaduras, 2021. Disponível em: <https://sbqueimaduras.org.br/material/3091>

De acordo com o Manual de queimaduras para estudantes – Sociedade Brasileira de Queimaduras, 2021, o item correto é o que se afirma no item D - As crianças do sexo masculino são mais acometidas por lesões de queimaduras, com maior prevalência nos primeiros anos de vida, e a escolaridade dos cuidadores influencia diretamente no número de casos. Sendo os outros itens incorretos por conterem informações falsas – a) o maior risco para queimaduras está no sexo masculino e não no feminino, devido à acidentes de trabalho, e maior mortalidade no sexo feminino; b) não se deve tocar em vítimas de queimadura por corrente elétrica, o primeiro passo é desligar a rede elétrica e acionar o serviço de emergência; c) as primeiras ações nas lesões de queimaduras depende de da classificação das mesmas, mas não se deve colocar água gelada e sim fria, nem colocar pomadas;

Gabarito mantido.

INDEFERIDO

Questão 32

Procedem as alegações do recorrente.

Manual de queimaduras para estudantes – Sociedade Brasileira de Queimaduras, 2021. Disponível em: <https://sbqueimaduras.org.br/material/3091>

De acordo com o Manual de queimaduras para estudantes – Sociedade Brasileira de Queimaduras, 2021, o item correto é o que se afirma no item D – 54%, segundo a escala de Wallace que diz cabeça - 9%; tronco frente - 18%; tronco costas - 18%; membros superiores - 9% cada; membros inferiores - 18% cada; genitais - 1%, sendo assim, o cálculo é Tórax anterior = 18 % + Tórax posterior = 18% + Membros superiores = 9% cada, então $9+9 = 18$, então fica $18+18+18 = 54\%$.

Corresponde a mudança de Gabarito, na Prova 02, de B para D.

DEFERIDO

Questão 33

Procedem as alegações do recorrente.

De fato, a Síndrome da Angústia Respiratória Aguda (SARA) na fase aguda é caracterizada por dispneia e hipoxemia importantes, causadas por edema pulmonar súbito e progressivo ocasionado por algum mecanismo de injúria pulmonar e resposta inflamatória exacerbada, observados como infiltrados bilaterais no Raio X torácico. Devido ao grande desequilíbrio da relação ventilação-perfusão, comprometimento alveolar e hipoxemia importante, será necessário garantir suporte ventilatório invasivo adequado por meio da intubação endotraqueal e ventilação mecânica (LETRA A CORRETA). O enfermeiro precisa estar atento aos parâmetros ventilatórios do paciente com SARA sob VM, porém, segundo a Classificação de Berlim, considera-se SARA grave quando a relação $PaO_2/FiO_2 \leq 100$ mmHg com $PEEP \geq 5$ cm H₂O (ITEM B INCORRETO). Colocar o paciente em posição prona pode melhorar a oxigenação e reduzir a mortalidade em pacientes com SARA grave, e é recomendado pausar a dieta durante a pronagem (ITEM C INCORRETO). Quando ao balanço hídrico, deve-se evitar a sobrecarga de líquidos, pois pode melhorar os resultados em pacientes com SARA (ITEM D INCORRETO)..

**Corresponde a mudança de Gabarito, na Prova 02, de C para A.
DEFERIDO**

Questão 35

Procedem as alegações do recorrente.

Uma das principais indicações do uso de hidrogel é para promover o desbridamento autolítico de feridas secas ou com tecido necrosado seco. Porém, a menos que o hidrogel contenha algum agente antimicrobiano específico associado, ele não deve ser utilizado em feridas com sinais de infecção ativa, pois pode criar um ambiente úmido favorável à proliferação de bactérias, agravando a infecção. Geralmente, o curativo com hidrogel deve ser trocado a cada 24 a 72 horas, dependendo do tipo de ferida e da quantidade de exsudato (ITEM A INCORRETO). Não, o alginato com prata não realiza desbridamento enzimático, mas promove o desbridamento autolítico. Ele é uma cobertura que combina as propriedades absorventes do alginato com a ação antimicrobiana da prata, sendo sim indicado para feridas infectadas ou com exsudato moderado a abundante, com troca de 1 a 3 dias, dependendo da quantidade de exsudato (ITEM B INCORRETO). De fato, os curativos hidrocelulares e de hidropolímero são geralmente compostos por três camadas, sendo uma central de espuma de poliuretano e duas não aderentes, projetados para manejar feridas com muito exsudato, equilibrando a umidade e prevenindo maceração (ITEM C CORRETO). A papaína não realiza desbridamento mecânico. Ela é uma enzima proteolítica que realiza desbridamento enzimático. É indicada principalmente para feridas com tecido necrótico ou esfacelo e não é especificamente indicada para feridas com muita exsudação, cavitárias ou sangrantes, pois essas condições exigem outras abordagens terapêuticas (ITEM D INCORRETO). Colagenase não é um polímero sintético nem possui propriedades antimicrobianas. Ela é uma enzima proteolítica utilizada para promover o desbridamento enzimático de feridas. Sua função principal é quebrar as fibras de colágeno que compõem o tecido necrosado, facilitando sua remoção e promovendo a cicatrização do leito da ferida.

**Corresponde a mudança de Gabarito, na Prova 02, de A para C.
DEFERIDO**

Questão 36

Procedem as alegações do recorrente.

Vamos calcular a pontuação com base nos critérios da Escala de Braden, que vão de 1 a 4 para cada categoria (exceto fricção e cisalhamento, que varia de 1 a 3).

1. Percepção sensorial: Muito limitada = 2 pontos.
2. Umidade: Ocasionalmente molhado = 3 pontos.
3. Atividade: Acamado = 1 ponto.
4. Mobilidade: Totalmente imóvel = 1 ponto.
5. Nutrição: Inadequada = 1 ponto.
6. Fricção e cisalhamento: Problema = 1 ponto.

- Pontuações entre 6 e 9 indicam risco muito alto.
- Pontuações entre 10 e 12 indicam risco alto.

**Corresponde a mudança de Gabarito, na Prova 02, de D para C.
DEFERIDO**

Questão 37

Procedem as alegações do recorrente.

No manejo de trauma cranioencefálico (TCE), é fundamental que o enfermeiro siga protocolos específicos para controlar sangramentos e evitar a piora da condição do paciente. Em casos de fratura aberta no couro cabeludo, a aplicação de pressão direta sobre a lesão pode agravar a lesão cerebral. Portanto, o enfermeiro deve aplicar pressão somente na área ao redor da fratura e utilizar um curativo com cuidado para não aplicar compressão excessiva, minimizando o risco de complicações adicionais

A - Hiperventilação profilática não é recomendada no manejo de trauma cranioencefálico. Embora possa reduzir a pressão intracraniana temporariamente, a hiperventilação pode levar à vasoconstrição dos vasos cerebrais e, a longo prazo, pode piorar a condição cerebral do paciente. A abordagem correta é focar no controle da hipoxemia, glicemia, temperatura corpórea e pressão arterial.

B - Aplicar pressão direta nas bordas do ferimento no couro cabeludo é geralmente adequado para controlar sangramentos. No entanto, se houver deformidade óssea ou fratura aberta, a pressão direta sobre a fratura pode agravar a lesão cerebral. Portanto, é necessário aplicar pressão somente na área ao redor da fratura e evitar compressão direta sobre a lesão aberta.

D - A Escala de Coma de Glasgow (ECG) é uma ferramenta importante para monitorar a evolução do quadro clínico de um paciente com TCE. A gravidade do TCE pode mudar com o tempo, e a avaliação contínua da ECG é essencial para detectar alterações no nível de consciência e na gravidade do quadro clínico.

Fonte: Protocolo de Suporte Avançado de Vida, página 132 - https://bvsm.s.saude.gov.br/bvs/publicacoes/protocolo_suporte_avancado_vida.pdf

**Corresponde a mudança de Gabarito, na Prova 02, de B para C.
DEFERIDO**

Questão 38

Procedem as alegações do recorrente.

A - Na avaliação primária de uma paciente com eclâmpsia, a prioridade é garantir a segurança imediata da paciente, o que inclui a proteção das vias aéreas, especialmente se houver rebaixamento do nível de consciência. A verificação dos sinais vitais é importante, mas a proteção das vias aéreas é uma prioridade mais urgente em situações críticas, como convulsões.

C - Durante uma convulsão, a proteção contra traumas é uma prioridade importante para prevenir lesões adicionais. A lateralização da paciente para a esquerda é recomendada para evitar a compressão da veia cava inferior e melhorar a perfusão fetal, especialmente se não houver suspeita de trauma na coluna cervical. Esta alternativa está incorreta porque não segue as D - O oxigênio suplementar deve ser oferecido se a saturação de oxigênio (SatO2) estiver abaixo de 94%, não 90%. A solução salina 0,9% é preferida para manutenção do acesso venoso, não a solução de glicose 5%. Portanto, esta alternativa está incorreta quanto aos critérios de oxigenoterapia e à solução de infusão

Fonte: Protocolo de Suporte Avançado de Vida, página 395 - https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/protocolo_suporte_avancado_vida.pdf

Corresponde a mudança de Gabarito, na Prova 02, de D para B.

DEFERIDO

Questão 39

Procedem as alegações do recorrente.

A) Incorreto. Lesões em áreas expostas não são necessariamente menos indicativas de maus-tratos. O protocolo sugere que se deve considerar a possibilidade de maus-tratos quando houver discrepância entre a história e a intensidade das lesões, independentemente da localização.

B) Incorreto. A presença de cicatrizes antigas múltiplas ou lesões hemorrágicas de pele em diferentes estágios de evolução é um sinal importante de maus-tratos e deve ser registrada e investigada, mesmo na ausência de uma história de traumatismo maior.

D) Incorreto. O comportamento esquivo dos pais é um fator a ser considerado na suspeita de maus-tratos, mesmo que não haja lesões visíveis em áreas não expostas. O protocolo sugere que qualquer sinal que possa indicar maus-tratos deve ser registrado e investigado.

Fonte: Protocolo de Suporte Avançado de Vida, página 495 - https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/protocolo_suporte_avancado_vida.pdf

Corresponde a mudança de Gabarito, na Prova 02, de B para C.

DEFERIDO

III - DAS CONCLUSÕES

Diante do exposto, submetido o presente recurso à análise da Banca Examinadora, os mesmos foram julgados **DEFERIDOS e/ou INDEFERIDOS** de acordo com as decisões e fundamentações supra elencadas, com base no Capítulo IX do Edital que rege este Concurso Público. Fica reiterado que ***“A banca examinadora constitui única instância para recurso, sendo soberana em suas decisões, razão pela qual não caberão recursos adicionais.”***

Publique-se,

Fortaleza – CE, 25 de Novembro de 2024.

INSTITUTO CONSULPAM

PREFEITURA MUNICIPAL DE JAGUARUANA
DECISÃO DOS RECURSOS CONTRA GABARITO PRELIMINAR
CONCURSO PÚBLICO - EDITAL Nº 002/2024

I - DOS RECURSOS

Trata-se de recursos interpostos pelos candidatos concorrentes aos CARGOS **FISIOTERAPEUTA**, que insurgem contra a publicação do GABARITO PRELIMINAR da Prova Escrita Objetiva de Múltipla Escolha, conforme disposto no Edital 002/2024 do CONCURSO PÚBLICO DO PREFEITURA MUNICIPAL DE JAGUARUANA.

II - DA DISPOSIÇÃO E DOS FUNDAMENTOS
ANÁLISE DOS RECURSOS

Os questionamentos suscitados pelos recorrentes são a seguir analisados:

Questão 20

Improcedem as alegações do recorrente.

Fundamentos constitucionais dos direitos e deveres fundamentais: direitos e deveres individuais e coletivos; direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade; direitos sociais; nacionalidade; cidadania e direitos políticos; partidos políticos; garantias constitucionais individuais; garantias dos direitos coletivos, sociais e políticos; remédios do Direito Constitucional.

PRÉVIA PARA RESPOSTA DE RECURSO:
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm

CF/88: “Art. 7º. [...] XXXIII - proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de dezoito e de qualquer trabalho a menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos;” (grifou-se).

Gabarito mantido.

INDEFERIDO

Questão 31

Improcedem as alegações do recorrente.

A doença de Neurofibromatose é uma condição genética que afeta o crescimento de tumores nos nervos e pode impactar o sistema nervoso central e periférico. Embora possa causar sintomas vestibulares, a reabilitação vestibular não é tipicamente a principal forma de tratamento para essa doença, que exige uma abordagem mais voltada ao manejo dos tumores e das complicações neurológicas associadas

Gabarito mantido.

INDEFERIDO

III - DAS CONCLUSÕES

Diante do exposto, submetido o presente recurso à análise da Banca Examinadora, os mesmos foram julgados **DEFERIDOS e/ou INDEFERIDOS** de acordo com as decisões e fundamentações supra elencadas, com base no Capítulo IX do Edital que rege este Concurso Público. Fica reiterado que ***“A banca examinadora constitui única instância para recurso, sendo soberana em suas decisões, razão pela qual não caberão recursos adicionais.”***

Publique-se,

Fortaleza – CE, 25 de Novembro de 2024.

INSTITUTO CONSULPAM

PREFEITURA MUNICIPAL DE JAGUARUANA
DECISÃO DOS RECURSOS CONTRA GABARITO PRELIMINAR
CONCURSO PÚBLICO - EDITAL Nº 002/2024

I - DOS RECURSOS

Trata-se de recursos interpostos pelos candidatos concorrentes aos CARGOS **MOTORISTA CAT B NÍVEL II**, que insurgem contra a publicação do GABARITO PRELIMINAR da Prova Escrita Objetiva de Múltipla Escolha, conforme disposto no Edital 002/2024 do CONCURSO PÚBLICO DO PREFEITURA MUNICIPAL DE JAGUARUANA.

II - DA DISPOSIÇÃO E DOS FUNDAMENTOS
ANÁLISE DOS RECURSOS

Os questionamentos suscitados pelos recorrentes são a seguir analisados:

Questão 23

Improcedem as alegações do recorrente.

Legislação de Trânsito: Código de Trânsito Brasileiro (Lei n.º 9.503/1997);
https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19503compilado.htm
CTb/1997: “Art. 83. A afixação de publicidade ou de quaisquer legendas ou símbolos ao longo das vias condiciona-se à prévia aprovação do órgão ou entidade com circunscrição sobre a via.” (grifou-se).

Gabarito mantido.

INDEFERIDO

Questão 34

Improcedem as alegações do recorrente.

Legislação de Trânsito: Código de Trânsito Brasileiro (Lei n.º 9.503/1997);

https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19503compilado.htm

CTb/1997: “Art. 129-A. O registro dos tratores e demais aparelhos automotores destinados a puxar ou a arrastar maquinaria agrícola ou a executar trabalhos agrícolas será efetuado, sem ônus, pelo Ministério da Agricultura e Pecuária, diretamente ou mediante convênio.” (grifou-se).

Gabarito mantido.

INDEFERIDO

Questão 35

Improcedem as alegações do recorrente.

Legislação de Trânsito: Código de Trânsito Brasileiro (Lei n.º 9.503/1997);

https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19503compilado.htm

CTb/1997: “Art. 115. [...] § 2º As placas com as cores verde e amarela da Bandeira Nacional serão usadas somente pelos veículos de representação pessoal do Presidente e do Vice-Presidente da República, dos Presidentes do Senado Federal e da Câmara dos Deputados, do Presidente e dos Ministros do Supremo Tribunal Federal, dos Ministros de Estado, do Advogado-Geral da União e do Procurador-Geral da República.” (grifou-se).

Gabarito mantido.

INDEFERIDO

Questão 36

Improcedem as alegações do recorrente.

Legislação de Trânsito: Código de Trânsito Brasileiro (Lei n.º 9.503/1997);
https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19503compilado.htm
CTb/1997: “Art. 282. [...] § 1º A notificação devolvida por desatualização do endereço do proprietário do veículo ou por recusa em recebê-la será considerada válida para todos os efeitos.” (grifou-se).

Gabarito mantido.

INDEFERIDO

Questão 38

Improcedem as alegações do recorrente.

Legislação de Trânsito: Código de Trânsito Brasileiro (Lei n.º 9.503/1997);
https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19503compilado.htm
CTb/1997: “Art. 269. A autoridade de trânsito ou seus agentes, na esfera das competências estabelecidas neste Código e dentro de sua circunscrição, deverá adotar as seguintes medidas administrativas: I - retenção do veículo; II - remoção do veículo; III - recolhimento da Carteira Nacional de Habilitação; IV - recolhimento da Permissão para Dirigir; V - recolhimento do Certificado de Registro; VI - recolhimento do Certificado de Licenciamento Anual; VII - (VETADO) VIII - transbordo do excesso de carga; IX - realização de teste de dosagem de alcoolemia ou perícia de substância entorpecente ou que determine dependência física ou psíquica; X - recolhimento de animais que se encontrem soltos nas vias e na faixa de domínio das vias de circulação, restituindo-os aos seus proprietários, após o pagamento de multas e encargos devidos. XI - realização de exames de aptidão física, mental, de legislação, de prática de primeiros socorros e de direção veicular.” (grifou-se).

Gabarito mantido.

INDEFERIDO

III - DAS CONCLUSÕES

Diante do exposto, submetido o presente recurso à análise da Banca Examinadora, os mesmos foram julgados **DEFERIDOS e/ou INDEFERIDOS** de acordo com as decisões e fundamentações supra elencadas, com base no Capítulo IX do Edital que rege este Concurso Público. Fica reiterado que ***“A banca examinadora constitui única instância para recurso, sendo soberana em suas decisões, razão pela qual não caberão recursos adicionais.”***

Publique-se,

Fortaleza – CE, 25 de Novembro de 2024.

INSTITUTO CONSULPAM

PREFEITURA MUNICIPAL DE JAGUARUANA
DECISÃO DOS RECURSOS CONTRA GABARITO PRELIMINAR
CONCURSO PÚBLICO - EDITAL Nº 002/2024

I - DOS RECURSOS

Trata-se de recursos interpostos pelos candidatos concorrentes aos CARGOS **MOTORISTA CAT D NÍVEL II**, que insurgem contra a publicação do GABARITO PRELIMINAR da Prova Escrita Objetiva de Múltipla Escolha, conforme disposto no Edital 002/2024 do CONCURSO PÚBLICO DO PREFEITURA MUNICIPAL DE JAGUARUANA.

II - DA DISPOSIÇÃO E DOS FUNDAMENTOS
ANÁLISE DOS RECURSOS

Os questionamentos suscitados pelos recorrentes são a seguir analisados:

Questão 06

Improcedem as alegações do recorrente.

A alternativa D é a única oração principal no trecho porque expressa um pensamento completo e pode se manter por si só como frase. As outras alternativas são orações subordinadas que dependem da oração principal para completar seu significado.

Gabarito mantido.

INDEFERIDO

Questão 09

Improcedem as alegações do recorrente.

‘Milênios’ indica um período de tempo muito longo, composto por mil anos. É um substantivo. ‘Século’ também indica um período de tempo, correspondente a cem anos. É um substantivo. ‘Aumento’ indica um crescimento, uma elevação em quantidade ou intensidade. É um substantivo.

Gabarito mantido.

INDEFERIDO

Questão 13

Improcedem as alegações do recorrente.

Distancia = a velocidade x tempo

distancia = 60km/h x 5 horas = 300km

tempo = distancia/velocidade = 300km/100km/h = 3 horas.

Gabarito mantido.

INDEFERIDO

Questão 16

Improcedem as alegações do recorrente.

Avaliar a compreensão do candidato sobre as propriedades dos conjuntos, incluindo a noção de elementos distintos, pertinência, subconjuntos, e as operações básicas de união e interseção.

Fonte: HAZZAN, Samuel. Matemática Básica - Para Administração, Economia, Contabilidade e Negócios . Rio de Janeiro: Grupo GEN, 2021.

- **Alternativa a)** Está incorreta porque em um conjunto, elementos repetidos são simplificados. Portanto, $A = \{1, 2, 2, 3\}$ deve ser representado como $\{1, 2, 3\}$.
- **Alternativa b)** Está incorreta porque o elemento 2 pertence a ambos os conjuntos A e B .
- **Alternativa c) (Correta)** O conjunto C , que é o conjunto vazio, é um subconjunto de qualquer conjunto, incluindo A e B .
- **Alternativa d)** Está incorreta porque a união de A e B é $\{1, 2, 3, 4\}$, sem excluir elementos devido à repetição, mas inclui todos os elementos distintos de ambos.
- **Alternativa e)** Está incorreta porque a interseção de A e B é $\{2, 3\}$, que são os elementos comuns a ambos os conjuntos.

Gabarito mantido.

INDEFERIDO

Questão 28

Improcedem as alegações do recorrente.

https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19503compilado.htm

CTb/1997: “Art. 252. Dirigir o veículo: I - com o braço do lado de fora; II - transportando pessoas, animais ou volume à sua esquerda ou entre os braços e pernas; III - com incapacidade física ou mental temporária que comprometa a segurança do trânsito; IV - usando calçado que não se firme nos pés ou que comprometa a utilização dos pedais; V - com apenas uma das mãos, exceto quando deva fazer sinais regulamentares de braço, mudar a marcha do veículo, ou acionar equipamentos e acessórios do veículo; VI - utilizando-se de fones nos ouvidos conectados a aparelhagem sonora ou de telefone celular; Infração - média; Penalidade - multa. VII - realizando a cobrança de tarifa com o veículo em movimento: [...]” (grifou-se).

Gabarito mantido.

INDEFERIDO

Questão 35

Improcedem as alegações do recorrente.

Legislação de Trânsito: Código de Trânsito Brasileiro (Lei n.º 9.503/1997);

https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19503compilado.htm

CTb/1997: “Art. 115. [...] § 2º As placas com as cores verde e amarela da Bandeira Nacional serão usadas somente pelos veículos de representação pessoal do Presidente e do Vice-Presidente da República, dos Presidentes do Senado Federal e da Câmara dos Deputados, do Presidente e dos Ministros do Supremo Tribunal Federal, dos Ministros de Estado, do Advogado-Geral da União e do Procurador-Geral da República.” (grifou-se).

Gabarito mantido.

INDEFERIDO

Questão 38

Improcedem as alegações do recorrente.

Legislação de Trânsito: Código de Trânsito Brasileiro (Lei n.º 9.503/1997);

https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19503compilado.htm

CTb/1997: “Art. 269. A autoridade de trânsito ou seus agentes, na esfera das competências estabelecidas neste Código e dentro de sua circunscrição, deverá adotar as seguintes medidas administrativas: I - retenção do veículo; II - remoção do veículo; III - recolhimento da Carteira Nacional de Habilitação; IV - recolhimento da Permissão para Dirigir; V - recolhimento do Certificado de Registro; VI - recolhimento do Certificado de Licenciamento Anual; VII - (VETADO) VIII - transbordo do excesso de carga; IX - realização de teste de dosagem de alcoolemia ou perícia de substância entorpecente ou que determine dependência física ou psíquica; X - recolhimento de animais que se encontrem soltos nas vias e na faixa de domínio das vias de circulação, restituindo-os aos seus proprietários, após o pagamento de multas e encargos devidos. XI - realização de exames de aptidão física, mental, de legislação, de prática de primeiros socorros e de direção veicular.” (grifou-se).

Gabarito mantido.

INDEFERIDO

III - DAS CONCLUSÕES

Diante do exposto, submetido o presente recurso à análise da Banca Examinadora, os mesmos foram julgados **DEFERIDOS e/ou INDEFERIDOS** de acordo com as decisões e fundamentações supra elencadas, com base no Capítulo IX do Edital que rege este Concurso Público. Fica reiterado que **“A banca examinadora constitui única instância para recurso, sendo soberana em suas decisões, razão pela qual não caberão recursos adicionais.”**

Publique-se,

Fortaleza – CE, 25 de Novembro de 2024.

INSTITUTO CONSULPAM

PREFEITURA MUNICIPAL DE JAGUARUANA
DECISÃO DOS RECURSOS CONTRA GABARITO PRELIMINAR
CONCURSO PÚBLICO - EDITAL Nº 002/2024

I - DOS RECURSOS

Trata-se de recursos interpostos pelos candidatos concorrentes aos CARGOS **NUTRICIONISTA**, que insurgem contra a publicação do GABARITO PRELIMINAR da Prova Escrita Objetiva de Múltipla Escolha, conforme disposto no Edital 002/2024 do CONCURSO PÚBLICO DO PREFEITURA MUNICIPAL DE JAGUARUANA.

II - DA DISPOSIÇÃO E DOS FUNDAMENTOS
ANÁLISE DOS RECURSOS

Os questionamentos suscitados pelos recorrentes são a seguir analisados:

Questão 04

Improcedem as alegações do recorrente.

d) A elipse do complemento nominal é uma estratégia de coesão textual que evita a repetição desnecessária de informações, tornando o texto mais conciso e fluido, sem comprometer sua clareza, pois a informação omitida é facilmente recuperável pelo contexto.

Explicação:

- Alternativa D está correta, pois a elipse (ou omissão) do complemento nominal é um recurso de coesão que torna o texto mais conciso e evita a repetição desnecessária, sem prejudicar a compreensão, pois o contexto permite que o leitor compreenda o que foi omitido.

Gabarito mantido.

INDEFERIDO

Questão 12

Improcedem as alegações do recorrente.

1. $a^3 + b^3 = 20$
2. $a + b = 8$
3. $(a + b)^3 = 140$

Usamos a fórmula de expansão do cubo da soma:

$$(a + b)^3 = a^3 + b^3 + 3ab(a + b)$$

Substituímos os valores conhecidos:

$$140 = a^3 + b^3 + 3ab \cdot 8$$

Substituindo $a^3 + b^3 = 20$:

$$140 = 20 + 24ab$$

Agora, isolamos $24ab$:

$$140 - 20 = 24ab$$

$$120 = 24ab$$

Dividimos ambos os lados por 24:

$$ab = \frac{120}{24} = 5$$

Gabarito mantido.

INDEFERIDO

Questão 26

Improcedem as alegações do recorrente.

As substâncias bioativas licopeno, luteína e zeaxantina não fazem parte do grupo dos novos constituintes bioativos incluídos na Instrução Normativa nº 304, de 26 de junho de 2024. Essas substâncias bioativas já estavam presentes na IN nº 28, de 26 de julho de 2018. REFERÊNCIAS

ANVISA (2018). Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Instrução Normativa IN nº 28, de 1º de julho de 2018. Diário Oficial da União. Estabelece as listas de constituintes, de limites de uso, de alegações e de rotulagem complementar dos suplementos alimentares. Disponível em:

<https://antigo.anvisa.gov.br/documents/10181/3898888/%286%29IN_28_2018_COM_P.pdf/3ca25981-0a63-4fac-b2af-7994a8cf184f>.

ANVISA (2024). Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Instrução Normativa nº 304, de 26 de junho de 2024. Diário Oficial da União. Altera a Instrução Normativa - IN nº 28, de 26 de julho de 2018, que estabelece as listas de constituintes, de limites de uso, de alegações e de rotulagem complementar dos suplementos alimentares. Disponível em: <<https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/instrucao-normativa-in-n-304-de-26-de-junho-de-2024-569050221>>.

Gabarito mantido.

INDEFERIDO

Questão 28

Improcedem as alegações do recorrente.

Segundo Evagelista (2008), as embalagens do tipo laminado misto são classificadas quanto a sua consistência em embalagens semirrígidas. Sendo assim, apenas as alternativas I e II estão corretas.

REFERÊNCIA

EVANGELISTA, J. Tecnologia de Alimentos. São Paulo: Editora Atheneu, 2008.

FELLOWS, P. J. Tecnologia do processamento de alimentos: Princípios e Práticas. Porto Alegre: Artmed; 2006.

Gabarito mantido.

INDEFERIDO

Questão 35

Improcedem as alegações do recorrente.

A Salmonela pertence à família Enterobacteriaceae e compreende bacilos gram-negativos não produtores de esporos. São anaeróbios facultativos, produzem gás a partir de glicose e são capazes de utilizar o citrato como única fonte de carbono.

REFERÊNCIAS

FORSYTHE, S. J. Microbiologia da segurança dos alimentos. Porto Alegre: Artmed, 2013.

FRANCO, B. D. G. M. Microbiologia dos Alimentos. São Paulo: Editora Atheneu, 2008.

Gabarito mantido.

INDEFERIDO

III - DAS CONCLUSÕES

Diante do exposto, submetido o presente recurso à análise da Banca Examinadora, os mesmos foram julgados **DEFERIDOS e/ou INDEFERIDOS** de acordo com as decisões e fundamentações supra elencadas, com base no Capítulo IX do Edital que rege este Concurso Público. Fica reiterado que ***“A banca examinadora constitui única instância para recurso, sendo soberana em suas decisões, razão pela qual não caberão recursos adicionais.”***

Publique-se,

Fortaleza – CE, 25 de Novembro de 2024.

INSTITUTO CONSULPAM

PREFEITURA MUNICIPAL DE JAGUARUANA
DECISÃO DOS RECURSOS CONTRA GABARITO PRELIMINAR
CONCURSO PÚBLICO - EDITAL Nº 002/2024

I - DOS RECURSOS

Trata-se de recursos interpostos pelos candidatos concorrentes aos CARGOS **PSICÓLOGO**, que insurgem contra a publicação do GABARITO PRELIMINAR da Prova Escrita Objetiva de Múltipla Escolha, conforme disposto no Edital 002/2024 do CONCURSO PÚBLICO DO PREFEITURA MUNICIPAL DE JAGUARUANA.

II - DA DISPOSIÇÃO E DOS FUNDAMENTOS
ANÁLISE DOS RECURSOS

Os questionamentos suscitados pelos recorrentes são a seguir analisados:

Questão 01

Improcedem as alegações do recorrente.

Sentença I: Correta. O primeiro excerto é característico de um resumo acadêmico pela apresentação concisa e objetiva das principais informações sobre o tema (burnout), incluindo definição, características e implicações, que são típicas desse gênero.

Sentença II: Incorreta. O segundo excerto não parece ser um texto publicitário, já que textos publicitários geralmente têm o objetivo de persuadir o leitor a consumir ou aderir a uma ideia, produto ou serviço. A menção a uma entrevista com um especialista e o uso de dados estatísticos sugerem mais um texto informativo ou artigo de opinião.

Sentença III: Correta. O terceiro excerto é típico de uma notícia, com uma manchete chamativa que apresenta o fato principal (burnout como doença ocupacional) e um lide que resume as informações essenciais, incluindo as implicações práticas.

Sentença IV: Correta. A expressão “mi-mi-mi” é uma marca de linguagem coloquial, usada para desconsiderar uma preocupação. No contexto, sua utilização serve para reforçar que o burnout é uma condição séria e não “frescura”.

Sentença V: Incorreta. O uso das siglas "SB" e "OMS" em textos acadêmicos e notícias demonstra precisão e objetividade, pois são amplamente reconhecidas e aceitas. Não caracteriza desleixo.

Gabarito mantido.

INDEFERIDO

Questão 12

Improcedem as alegações do recorrente.

1. $a^3 + b^3 = 20$
2. $a + b = 8$
3. $(a + b)^3 = 140$

Usamos a fórmula de expansão do cubo da soma:

$$(a + b)^3 = a^3 + b^3 + 3ab(a + b)$$

Substituímos os valores conhecidos:

$$140 = a^3 + b^3 + 3ab \cdot 8$$

Substituindo $a^3 + b^3 = 20$:

$$140 = 20 + 24ab$$

Agora, isolamos $24ab$:

$$140 - 20 = 24ab$$

$$120 = 24ab$$

Dividimos ambos os lados por 24:

$$ab = \frac{120}{24} = 5$$

Gabarito mantido.

INDEFERIDO

Questão 17

Improcedem as alegações do recorrente.

A letra A está incorreta porque o comando que faz a seleção de todo o conteúdo do documento é o Ctrl+A

A letra B está correta porque Ctrl+N cria um documento.

A letra C está incorreta porque Ctrl+W fecha o documento.

A letra D está incorreta porque Ctrl+S salva o documento.

A letra E está incorreta porque Ctrl+O abre um documento.

Gabarito mantido.

INDEFERIDO

Questão 38

Improcedem as alegações do recorrente.

O item I e o item III são falsos.

O item III é falso porque os fatores intrínsecos são motivacionais e dizem respeito ao sujeito como satisfação no trabalho. A autonomia e o controle no trabalho são fatores extrínsecos.

Logo somente o item II é verdadeiro

http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2447-41932022000100135

Gabarito mantido.

INDEFERIDO

Questão 39

Improcedem as alegações do recorrente.

Alternativa a): Correta. Distúrbios psicossomáticos, desadaptação psicofísica, e distúrbios emocionais e comportamentais são frequentemente observados como consequências do mobbing nas vítimas. O assédio moral repetitivo pode causar danos psicológicos e físicos, afetando significativamente o bem-estar das pessoas envolvidas.

Gabarito mantido.

INDEFERIDO

III - DAS CONCLUSÕES

Diante do exposto, submetido o presente recurso à análise da Banca Examinadora, os mesmos foram julgados **DEFERIDOS e/ou INDEFERIDOS** de acordo com as decisões e fundamentações supra elencadas, com base no Capítulo IX do Edital que rege este Concurso Público. Fica reiterado que ***“A banca examinadora constitui única instância para recurso, sendo soberana em suas decisões, razão pela qual não caberão recursos adicionais.”***

Publique-se,

Fortaleza – CE, 25 de Novembro de 2024.

INSTITUTO CONSULPAM

PREFEITURA MUNICIPAL DE JAGUARUANA
DECISÃO DOS RECURSOS CONTRA GABARITO PRELIMINAR
CONCURSO PÚBLICO - EDITAL Nº 002/2024

I - DOS RECURSOS

Trata-se de recursos interpostos pelos candidatos concorrentes aos CARGOS **028 - TÉCNICO DE ENFERMAGEM**, que insurgem contra a publicação do GABARITO PRELIMINAR da Prova Escrita Objetiva de Múltipla Escolha, conforme disposto no Edital 002/2024 do CONCURSO PÚBLICO DO PREFEITURA MUNICIPAL DE JAGUARUANA.

II - DA DISPOSIÇÃO E DOS FUNDAMENTOS
ANÁLISE DOS RECURSOS

Os questionamentos suscitados pelos recorrentes são a seguir analisados:

Questão 18

Improcedem as alegações do recorrente.

A Lei n.º 14.133/2021, que estabelece o novo marco legal das licitações e contratos administrativos, prevê a inexigibilidade de licitação em situações onde a competição é inviável, como a contratação de serviços técnicos especializados de natureza singular, que incluem a defesa de causas judiciais, conforme previsto no artigo 74, inciso II, da lei.

Gabarito mantido.

INDEFERIDO

Questão 38

Improcedem as alegações do recorrente.

De acordo com o livro de ANOTAÇÃO DE ENFERMAGEM, Coren – SP, 2022. – e o que se pede na questão, o item correto é o item C - Na admissão, é necessário registrar os pertences pessoais recebidos do paciente e o nome do profissional que recebeu, sendo os outros itens com informações incorretas, a - Em situação de transferência, inicia-se registrando a data e horário e o motivo da transferência, setor de destino e acomodação do paciente, não só a data; b - Em situação de alta, registra-se o horário da saída, condições de saída, os documentos entregues ao paciente, não existe termo de consentimento na alta; d - Na transferência, é necessário registrar a forma de transporte do paciente e equipamentos utilizados durante o transporte; e - Na alta, é necessário registrar nome e grau de parentesco, não dados pessoais.

Gabarito mantido.

INDEFERIDO

Questão 39

Improcedem as alegações do recorrente.

De acordo com o PROTOCOLO CLÍNICO E DIRETRIZES TERAPÊUTICAS DIABETE MELITO TIPO 2, Ministério da Saúde, 2024, o item correto é o item E - a) Pessoas com 100mg/dL ou menos na glicemia de jejum estão com a glicemia normal.

Exames	Valores de referência		
	Normal	pré-DM2	DM2
Glicemia plasmática de jejum (mg/dL) ^{a,b}	< 100	100 a < 126	≥ 126
TOTG (mg/dL) ^{a,b}	< 140	140 a < 200	≥ 200
HbA1c (%) ^b	< 5,7	5,7 a < 6,5	≥ 6,5
Glicemia aleatória ^c	< 200	-	≥ 200

Gabarito mantido.

INDEFERIDO

III - DAS CONCLUSÕES

Diante do exposto, submetido o presente recurso à análise da Banca Examinadora, os mesmos foram julgados **DEFERIDOS e/ou INDEFERIDOS** de acordo com as decisões e fundamentações supra elencadas, com base no Capítulo IX do Edital que rege este Concurso Público. Fica reiterado que ***“A banca examinadora constitui única instância para recurso, sendo soberana em suas decisões, razão pela qual não caberão recursos adicionais.”***

Publique-se,

Fortaleza – CE, 25 de Novembro de 2024.

INSTITUTO CONSULPAM

PREFEITURA MUNICIPAL DE JAGUARUANA
DECISÃO DOS RECURSOS CONTRA GABARITO PRELIMINAR
CONCURSO PÚBLICO - EDITAL Nº 002/2024

I - DOS RECURSOS

Trata-se de recursos interpostos pelos candidatos concorrentes aos CARGOS **029 - TÉCNICO EM RADIOLOGIA**, que insurgem contra a publicação do GABARITO PRELIMINAR da Prova Escrita Objetiva de Múltipla Escolha, conforme disposto no Edital 002/2024 do CONCURSO PÚBLICO DO PREFEITURA MUNICIPAL DE JAGUARUANA.

II - DA DISPOSIÇÃO E DOS FUNDAMENTOS
ANÁLISE DOS RECURSOS

Os questionamentos suscitados pelos recorrentes são a seguir analisados:

Questão 18

Improcedem as alegações do recorrente.

A Lei n.º 14.133/2021, que estabelece o novo marco legal das licitações e contratos administrativos, prevê a inexigibilidade de licitação em situações onde a competição é inviável, como a contratação de serviços técnicos especializados de natureza singular, que incluem a defesa de causas judiciais, conforme previsto no artigo 74, inciso II, da lei.

Gabarito mantido.

INDEFERIDO

III - DAS CONCLUSÕES

Diante do exposto, submetido o presente recurso à análise da Banca Examinadora, os mesmos foram julgados **DEFERIDOS e/ou INDEFERIDOS** de acordo com as decisões e fundamentações supra elencadas, com base no Capítulo IX do Edital que rege este Concurso Público. Fica reiterado que ***“A banca examinadora constitui única instância para recurso, sendo soberana em suas decisões, razão pela qual não caberão recursos adicionais.”***

Publique-se,

Fortaleza – CE, 25 de Novembro de 2024.

INSTITUTO CONSULPAM

PREFEITURA MUNICIPAL DE JAGUARUANA
DECISÃO DOS RECURSOS CONTRA GABARITO PRELIMINAR
CONCURSO PÚBLICO - EDITAL Nº 002/2024

I - DOS RECURSOS

Trata-se de recursos interpostos pelos candidatos concorrentes aos CARGOS **VETERINÁRIO**, que insurgem contra a publicação do GABARITO PRELIMINAR da Prova Escrita Objetiva de Múltipla Escolha, conforme disposto no Edital 002/2024 do CONCURSO PÚBLICO DO PREFEITURA MUNICIPAL DE JAGUARUANA.

II - DA DISPOSIÇÃO E DOS FUNDAMENTOS
ANÁLISE DOS RECURSOS

Os questionamentos suscitados pelos recorrentes são a seguir analisados:

Questão 07

Improcedem as alegações do recorrente.

O único item correto é aquele que menciona “A pronúncia de “recordes” pode variar. Quando se refere ao substantivo (adjetivado) “recordes”, a pronúncia paroxítona é a mais adequada, mas já se registra a proparoxítona. Quando se refere ao verbo “recordar” na segunda pessoa do presente subjuntivo, a pronúncia paroxítona é a única correta.”

Gabarito mantido.

INDEFERIDO

Questão 12

Improcedem as alegações do recorrente.

1. $a^3 + b^3 = 20$
2. $a + b = 8$
3. $(a + b)^3 = 140$

Usamos a fórmula de expansão do cubo da soma:

$$(a + b)^3 = a^3 + b^3 + 3ab(a + b)$$

Substituímos os valores conhecidos:

$$140 = a^3 + b^3 + 3ab \cdot 8$$

Substituindo $a^3 + b^3 = 20$:

$$140 = 20 + 24ab$$

Agora, isolamos $24ab$:

$$140 - 20 = 24ab$$

$$120 = 24ab$$

Dividimos ambos os lados por 24:

$$ab = \frac{120}{24} = 5$$

Gabarito mantido.

INDEFERIDO

III - DAS CONCLUSÕES

Diante do exposto, submetido o presente recurso à análise da Banca Examinadora, os mesmos foram julgados **DEFERIDOS e/ou INDEFERIDOS** de acordo com as decisões e fundamentações supra elencadas, com base no Capítulo IX do Edital que rege este Concurso Público. Fica reiterado que ***“A banca examinadora constitui única instância para recurso, sendo soberana em suas decisões, razão pela qual não caberão recursos adicionais.”***

Publique-se,

Fortaleza – CE, 25 de Novembro de 2024.

INSTITUTO CONSULPAM

PREFEITURA MUNICIPAL DE JAGUARUANA
DECISÃO DOS RECURSOS CONTRA GABARITO PRELIMINAR
CONCURSO PÚBLICO - EDITAL Nº 002/2024

I - DOS RECURSOS

Trata-se de recursos interpostos pelos candidatos concorrentes aos CARGOS **AGENTE ADMINISTRATIVO**, que insurgem contra a publicação do GABARITO PRELIMINAR da Prova Escrita Objetiva de Múltipla Escolha, conforme disposto no Edital 002/2024 do CONCURSO PÚBLICO DO PREFEITURA MUNICIPAL DE JAGUARUANA.

II - DA DISPOSIÇÃO E DOS FUNDAMENTOS
ANÁLISE DOS RECURSOS

Os questionamentos suscitados pelos recorrentes são a seguir analisados:

Questão 18

Improcedem as alegações do recorrente.

A Lei n.º 14.133/2021 permite a inexigibilidade de licitação quando há inviabilidade de competição, o que ocorre em situações onde apenas um fornecedor ou profissional específico pode prestar o serviço de forma adequada, como no caso da defesa de causas judiciais, que exige uma contratação direta em função da natureza técnica e da especialização necessária.

As demais alternativas não são hipóteses de inexigibilidade conforme estabelecido pela lei.

Gabarito mantido.

INDEFERIDO

Questão 21

Improcedem as alegações do recorrente.

A forma correta de criar um atalho para um arquivo no Windows é clicar com o botão direito do mouse sobre o arquivo, selecionar a opção "Criar Atalho" e, em seguida, arrastar o atalho criado para o local desejado.

Gabarito mantido.

INDEFERIDO

Questão 23

Improcedem as alegações do recorrente.

Os documentos no arquivo corrente são organizados de acordo com um plano de classificação, que reflete as funções e atividades do órgão, facilitando a busca e o acesso à informação pelos servidores. As demais alternativas apresentam características incorretas ou incompletas do arquivo corrente.

Gabarito mantido.

INDEFERIDO

Questão 24

Improcedem as alegações do recorrente.

A alternativa D é a mais adequada, pois garante a segurança da informação e a integridade do processo de registro e controle de documentos. Ao devolver o documento ao remetente e solicitar o reenvio sem senha ou com a senha informada, o servidor evita o acesso não autorizado ao conteúdo do documento e garante que ele seja devidamente registrado no sistema de protocolo.

Gabarito mantido.

INDEFERIDO

Questão 34

Improcedem as alegações do recorrente.

A atitude do atendente demonstra a adaptação da linguagem ao público-alvo, que é um princípio fundamental da comunicação interpessoal. Ao utilizar recursos visuais para facilitar a compreensão do cidadão, o atendente está adequando sua linguagem às necessidades do interlocutor, garantindo uma comunicação mais eficaz.

Gabarito mantido.

INDEFERIDO

III - DAS CONCLUSÕES

Diante do exposto, submetido o presente recurso à análise da Banca Examinadora, os mesmos foram julgados **DEFERIDOS e/ou INDEFERIDOS** de acordo com as decisões e fundamentações supra elencadas, com base no Capítulo IX do Edital que rege este Concurso Público. Fica reiterado que ***“A banca examinadora constitui única instância para recurso, sendo soberana em suas decisões, razão pela qual não caberão recursos adicionais.”***

Publique-se,

Fortaleza – CE, 25 de Novembro de 2024.

INSTITUTO CONSULPAM

PREFEITURA MUNICIPAL DE JAGUARUANA
DECISÃO DOS RECURSOS CONTRA GABARITO PRELIMINAR
CONCURSO PÚBLICO - EDITAL Nº 002/2024

I - DOS RECURSOS

Trata-se de recursos interpostos pelos candidatos concorrentes aos CARGOS **041 – AUXILIAR DE SALA DE AULA**, que insurgem contra a publicação do GABARITO PRELIMINAR da Prova Escrita Objetiva de Múltipla Escolha, conforme disposto no Edital 002/2024 do CONCURSO PÚBLICO DO PREFEITURA MUNICIPAL DE JAGUARUANA.

II - DA DISPOSIÇÃO E DOS FUNDAMENTOS
ANÁLISE DOS RECURSOS

Os questionamentos suscitados pelos recorrentes são a seguir analisados:

Questão 10

Improcedem as alegações do recorrente.

Na alternativa “d”, todas as palavras apresentam dígrafos consonantais, que ocorrem quando duas letras são usadas para representar um único fonema: carrapato – pássaros – milhões.

Gabarito mantido.

INDEFERIDO

Questão 17

Improcedem as alegações do recorrente.

A autoridade administrativa, ao praticar ato no sentido de limitar o exercício de um direito de um particular em razão da segurança pública, impondo-lhe penalidade pecuniária, está exercendo: d) Poder de polícia.

Gabarito mantido.

INDEFERIDO

Questão 21

Improcedem as alegações do recorrente.

As atribuições do Auxiliar de Creche de forma clara e detalhada:

1. Participação nas atividades propostas: manter-se participativo e inteirado de todas as atividades desenvolvidas pelo educador ou pela equipe de trabalho em sala de aula e até mesmo fora dela;
2. Participação durante as reuniões pedagógicas: marcar presença e contribuir em grupos de estudos, eventos da instituição e atividades referentes;
3. Alinhamento com as diretrizes: a atuação deve acompanhar as orientações da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes assim como as normas da supervisão da Unidade Educativa;
4. Monitoramento: abrir e fechar o CEI na companhia do professor todos os dias;
5. Participação na confecção: auxiliar a elaboração de materiais pedagógicos indicado pelos educadores, como por exemplo, jogos, materiais recicláveis e etc;
6. Cuidado com o ambiente: propiciar ambiente de respeito mútuo e cooperação, tanto em relação às crianças entre si, quanto em relação às crianças e os demais profissionais da creche;
7. Se alinhar à proposta de Educação Infantil: informar-se sobre e obedecer à proposta de funções do trabalho da Educação Infantil disposta na rede de ensino do Estado;
8. Zelar pela segurança das crianças: cuidar dos pequenos sempre atento às suas necessidades;
9. Observação e registro: observar e anotar na agenda ou diário, sempre sob a supervisão do educador de referência, os acontecimentos do dia para manter uma comunicação transparente com a família e priorizar o bem-estar da criança;

10. Comunicação com os superiores: comunicar ao professor e/ou à direção, situações que o profissional entende que necessitam de uma atenção especial, ou até mesmo adversidades no processo de trabalho;
11. Participação na adaptação da criança: participar ativamente do processo de adaptação que todas as crianças passam quando começam sua jornada na creche;
12. Atendimento às necessidades das crianças: atender os pequenos em suas necessidades rotineiras, incluindo o ato de estimular, cuidar e orientar a aquisição de hábitos de higiene como na troca de fraldas, necessidades fisiológicas, banho e escovação dos dentes;
13. Participação no processo de integração: o auxiliar deve ser parte presente e participante da forte integração formada pela unidade educativa, família e comunidade;
14. Participação na construção do material didático: auxiliar o educador durante a produção do material didático e no pós que envolve a organização, higienização e manutenção deste material;
15. Conhecimento do processo de desenvolvimento infantil: compreender com propriedade o processo de evolução da criança, mantendo-se atualizado, através de leituras, cursos, formação continuada, seminários, palestras e outros eventos;
16. Acompanhamento e zelo pelas crianças durante o repouso: a “hora do soninho” na sala de descanso também deve ser acompanhada pelo auxiliar e ele deve permanecer vigilante durante todo o período do repouso;
17. Organização do ambiente e de tudo que há nele: organizar e zelar pelo uso adequado do ambiente, dos materiais e dos brinquedos que ficam nesse espaço;
18. Cuidado com a alimentação da criança: estimular bons hábitos alimentares e garantir esses hábitos através do acompanhamento e orientação da criança durante as refeições, bem como o auxílio integral para as crianças mais novas;
19. Cuidado com a alimentação do bebê: preparar, oferecer e higienizar a mamadeira do bebê, com atenção especial aos cuidados que essas atividades exigem;
20. Cuidado com os materiais: zelar pela conservação, organização e armazenamento dos materiais e equipamentos do ambiente de trabalho;
21. Auxílio ao atendimento: assessorar o educador no momento do atendimento às crianças para garantir a segurança, o bem-estar e o desenvolvimento delas;
22. Auxílio na execução das atividades: assessorar os educadores responsáveis durante a execução das atividades pedagógicas e recreativas diárias; A
23. Atendimento às necessidades da escola: colocar-se à disposição da equipe gestora, quando for solicitado a atuação do profissional nas diferentes salas de aula da instituição;
24. Realização de atividades variadas: realizar outras atividades diversas que estejam correlatas com a função do auxiliar de creche;
25. Atenção às necessidades: estar pronto para ocasionais atendimentos relacionados a saúde, higiene e segurança do trabalho;
26. Atenção total às crianças e às atividades: durante o exercício das funções de auxiliar de creche, o profissional não deve dirigir a sua atenção para outras atividades que não fazem parte da rotina como, conversas fora de hora com outras pessoas ou conversa no celular. Situações como essas dificultam ou impossibilitam a atenção à criança.

Fonte: CAMPOS, M. M. Educar e cuidar: Questões sobre o perfil do profissional de educação infantil. In: BRASIL. Ministério da Educação. Por uma política de formação do profissional de educação infantil Brasília: MEC/SEB, 1994. p. 32-42. Acesso em: 09 setembro. 2024.

<https://cursos.escolaeducacao.com.br/artigo/as-atribui-es-do-profissional-auxiliar-de-creche>. Acesso em: 09 setembro. 2024.

<https://www.guiadasprofissoes.info/profissoes/auxiliar-de-creche/>. Acesso em: 09 setembro. 2024.

Gabarito mantido.

INDEFERIDO

Questão 23

Improcedem as alegações do recorrente.

(F) Oferecer condições e recursos para que as crianças usufruam seus direitos humanos e sociais, para que nos anos iniciais do ensino fundamental seus direitos civis sejam desfrutados.

(OFERECENDO CONDIÇÕES E RECURSOS PARA QUE AS CRIANÇAS USUFRUAM SEUS DIREITOS CIVIS, HUMANOS E SOCIAIS)

(V) Assumir a responsabilidade de compartilhar e complementar a educação e cuidado das crianças com as famílias.

(V) Construir novas formas de sociabilidade e de subjetividade comprometidas com a ludicidade, a democracia, a sustentabilidade do planeta e com o rompimento de relações de dominação etária, socioeconômica, étnico-racial, de gênero, regional, linguística e religiosa.

(F) Possibilitar a progressão das múltiplas aprendizagens, articulando o trabalho com as experiências anteriores e valorizando as situações lúdicas de aprendizagem.
(PROPOSTA DO FUNDAMENTAL ANOS INICIAIS)

(V) Promover a igualdade de oportunidades educacionais entre as crianças de diferentes classes sociais no que se refere ao acesso a bens culturais e às possibilidades de vivência da infância.

a) F – V – V – F – V.

b) V – F – F – V – V.

c) V – F – F – V – F.

d) F – V – F – F – V.

Na observância das Diretrizes, a proposta pedagógica das instituições de Educação Infantil deve garantir que elas cumpram plenamente sua função sociopolítica e pedagógica:

- Oferecendo condições e recursos para que as crianças usufruam seus direitos civis, humanos e sociais;
- Assumindo a responsabilidade de compartilhar e complementar a educação e cuidado das crianças com as famílias;
- Possibilitando tanto a convivência entre crianças e entre adultos e crianças quanto à ampliação de saberes e conhecimentos de diferentes naturezas;
- Promovendo a igualdade de oportunidades educacionais entre as crianças de diferentes classes sociais no que se refere ao acesso a bens culturais e às possibilidades de vivência da infância;
- Construindo novas formas de sociabilidade e de subjetividade comprometidas com a ludicidade, a democracia, a sustentabilidade do planeta e com o rompimento de relações de dominação etária, socioeconômica, étnico-racial, de gênero, regional, linguística e religiosa.

Fonte: Brasil. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Diretrizes curriculares nacionais para a educação infantil / Secretaria de Educação Básica. – Brasília: MEC, SEB, 2010. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/diretrizescurriculares_2012.pdf. Acesso em: 09 setembro. 2024.

<https://sae.digital/bncc-ensino-fundamental-anos-iniciais/>. Acesso em: 09 setembro. 2024.

Gabarito mantido.

INDEFERIDO

Questão 35

Improcedem as alegações do recorrente.

- Participar apenas se o programa for gratuito. (FALSA)
- Comparecer, pois é seu dever zelar pela saúde de seu filho e participar de programas de prevenção e educação. (VERDADEIRA)
- Transferir a responsabilidade para os médicos, que devem garantir a saúde de seu filho. (FALSA)
- Não é necessário participar, pois programas de educação em saúde não são obrigatórios. (FALSA)

Art. 14. O Sistema Único de Saúde promoverá programas de assistência médica e odontológica para a prevenção das enfermidades que ordinariamente afetam a população infantil, e campanhas de educação sanitária para pais, educadores e alunos.

Parágrafo único. É obrigatória a vacinação das crianças nos casos recomendados pelas autoridades sanitárias.

§ 1 o É obrigatória a vacinação das crianças nos casos recomendados pelas autoridades sanitárias. (Renumerado do parágrafo único pela Lei nº 13.257, de 2016)

§ 2 o O Sistema Único de Saúde promoverá a atenção à saúde bucal das crianças e das gestantes, de forma transversal, integral e intersetorial com as demais linhas de cuidado direcionadas à mulher e à criança. (Incluído pela Lei nº 13.257, de 2016)

§ 3 o A atenção odontológica à criança terá função educativa protetiva e será prestada, inicialmente, antes de o bebê nascer, por meio de aconselhamento pré-natal, e, posteriormente, no sexto e no décimo segundo anos de vida, com orientações sobre saúde bucal. (Incluído pela Lei nº 13.257, de 2016)

§ 4 o A criança com necessidade de cuidados odontológicos especiais será atendida pelo Sistema Único de Saúde. (Incluído pela Lei nº 13.257, de 2016)

§ 5 o É obrigatória a aplicação a todas as crianças, nos seus primeiros dezoito meses de vida, de protocolo ou outro instrumento construído com a finalidade de facilitar a detecção, em consulta pediátrica de acompanhamento da criança, de risco para o seu desenvolvimento psíquico. (Incluído pela Lei nº 13.438, de 2017) (Vigência)

Fonte: BRASIL. Lei no 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 16 jul. 1990. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8069.htm. Acesso em: 15 setembro. 2024

Gabarito mantido.

INDEFERIDO

III - DAS CONCLUSÕES

Diante do exposto, submetido o presente recurso à análise da Banca Examinadora, os mesmos foram julgados **DEFERIDOS e/ou INDEFERIDOS** de acordo com as decisões e fundamentações supra elencadas, com base no Capítulo IX do Edital que rege este Concurso Público. Fica reiterado que **“A banca examinadora constitui única instância para recurso, sendo soberana em suas decisões, razão pela qual não caberão recursos adicionais.”**

Publique-se,

Fortaleza – CE, 25 de Novembro de 2024.

INSTITUTO CONSULPAM

PREFEITURA MUNICIPAL DE JAGUARUANA
DECISÃO DOS RECURSOS CONTRA GABARITO PRELIMINAR
CONCURSO PÚBLICO - EDITAL Nº 002/2024

I - DOS RECURSOS

Trata-se de recursos interpostos pelos candidatos concorrentes aos CARGOS **042 - AUXILIAR DE SERVIÇOS EDUCACIONAIS**, que insurgem contra a publicação do GABARITO PRELIMINAR da Prova Escrita Objetiva de Múltipla Escolha, conforme disposto no Edital 002/2024 do CONCURSO PÚBLICO DO PREFEITURA MUNICIPAL DE JAGUARUANA.

II - DA DISPOSIÇÃO E DOS FUNDAMENTOS
ANÁLISE DOS RECURSOS

Os questionamentos suscitados pelos recorrentes são a seguir analisados:

Questão 07

Improcedem as alegações do recorrente.

Os vocábulos das alternativas II e III apresentam antônimos, ao invés de sinônimos. Portanto a alternativa correta é “b” (apenas I e IV).

Gabarito mantido.

INDEFERIDO

Questão 35

Improcedem as alegações do recorrente.

- a) O Eu, o Outro e o Nós. (VERDADEIRA)
- b) Corpo, Gestos e Movimentos. (FALSA)
- c) Escuta, Fala, Pensamento e Imaginação. (FALSA)
- d) Espaços, Tempos, Quantidades, Relações e Transformações. (FALSA)

O eu, o outro e o nós – É na interação com os pares e com adultos que as crianças vão constituindo um modo próprio de agir, sentir e pensar e vão descobrindo que existem outros modos de vida, pessoas diferentes, com outros pontos de vista. Conforme vivem suas primeiras experiências sociais (na família, na instituição escolar, na coletividade), constroem percepções e questionamentos sobre si e sobre os outros, diferenciando-se e, simultaneamente, identificando-se como seres individuais e sociais. Ao mesmo tempo que participam de relações sociais e de cuidados pessoais, as crianças constroem sua autonomia e senso de autocuidado, de reciprocidade e de interdependência com o meio. Por sua vez, na Educação Infantil, é preciso criar oportunidades para que as crianças entrem em contato com outros grupos sociais e culturais, outros modos de vida, diferentes atitudes, técnicas e rituais de cuidados pessoais e do grupo, costumes, celebrações e narrativas. Nessas experiências, elas podem ampliar o modo de perceber a si mesmas e ao outro, valorizar sua identidade, respeitar os outros e reconhecer as diferenças que nos constituem como seres humanos.

Fonte: BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. Brasília, DF: MEC, 2018. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/conselho-nacional-de-educacao/base-nacional-comum-curricular-bncc>. Acesso em: 24 de setembro. 2024.

Gabarito mantido.

INDEFERIDO

III - DAS CONCLUSÕES

Diante do exposto, submetido o presente recurso à análise da Banca Examinadora, os mesmos foram julgados **DEFERIDOS e/ou INDEFERIDOS** de acordo com as decisões e fundamentações supra elencadas, com base no Capítulo IX do Edital que rege este Concurso Público. Fica reiterado que ***“A banca examinadora constitui única instância para recurso, sendo soberana em suas decisões, razão pela qual não caberão recursos adicionais.”***

Publique-se,

Fortaleza – CE, 25 de Novembro de 2024.

INSTITUTO CONSULPAM

PREFEITURA MUNICIPAL DE JAGUARUANA
DECISÃO DOS RECURSOS CONTRA GABARITO PRELIMINAR
CONCURSO PÚBLICO - EDITAL Nº 002/2024

I - DOS RECURSOS

Trata-se de recursos interpostos pelos candidatos concorrentes aos CARGOS **043 – AUXILIAR DE TRANSPORTE ESCOLAR**, que insurgem contra a publicação do GABARITO PRELIMINAR da Prova Escrita Objetiva de Múltipla Escolha, conforme disposto no Edital 002/2024 do CONCURSO PÚBLICO DO PREFEITURA MUNICIPAL DE JAGUARUANA.

II - DA DISPOSIÇÃO E DOS FUNDAMENTOS
ANÁLISE DOS RECURSOS

Os questionamentos suscitados pelos recorrentes são a seguir analisados:

Questão 19

Procedem as alegações do recorrente.

Alternativa a) está incorreta. 1 hora é igual a 3600 segundos (60 minutos * 60 segundos), e 1 minuto é igual a 60 segundos, não 120.

Alternativa b) está incorreta. 4 dias são equivalentes a 96 horas (4 * 24), e 3 semanas são equivalentes a 21 dias (3 * 7).

Alternativa c) está incorreta. 2 horas e 45 minutos são equivalentes a 165 minutos (2 * 60 + 45), não 150 minutos. 3 horas e 30 minutos são equivalentes a 210 minutos (3 * 60 + 30), não 170 minutos.

Alternativa D) está correta. 1 hora é de fato igual a 60 minutos, e 1 minuto é igual a 60 segundos. Essas são as conversões corretas no sistema de tempo.

Corresponde a mudança de Gabarito, na Prova 02, de C para D.

DEFERIDO

Questão 31

Improcedem as alegações do recorrente.

Os ventos fracos geralmente não interferem significativamente na condução do veículo, enquanto os outros fatores mencionados — como iluminação precária, interdições nas vias e a necessidade de manutenção — podem impactar diretamente na segurança e na dirigibilidade.

Gabarito mantido.

INDEFERIDO

III - DAS CONCLUSÕES

Diante do exposto, submetido o presente recurso à análise da Banca Examinadora, os mesmos foram julgados **DEFERIDOS e/ou INDEFERIDOS** de acordo com as decisões e fundamentações supra elencadas, com base no Capítulo IX do Edital que rege este Concurso Público. Fica reiterado que ***“A banca examinadora constitui única instância para recurso, sendo soberana em suas decisões, razão pela qual não caberão recursos adicionais.”***

Publique-se,

Fortaleza – CE, 25 de Novembro de 2024.

INSTITUTO CONSULPAM

PREFEITURA MUNICIPAL DE JAGUARUANA
DECISÃO DOS RECURSOS CONTRA GABARITO PRELIMINAR
CONCURSO PÚBLICO - EDITAL Nº 002/2024

I - DOS RECURSOS

Trata-se de recursos interpostos pelos candidatos concorrentes aos CARGOS **046 - INSTRUTOR DE BRAILLE**, que insurgem contra a publicação do GABARITO PRELIMINAR da Prova Escrita Objetiva de Múltipla Escolha, conforme disposto no Edital 002/2024 do CONCURSO PÚBLICO DO PREFEITURA MUNICIPAL DE JAGUARUANA.

II - DA DISPOSIÇÃO E DOS FUNDAMENTOS
ANÁLISE DOS RECURSOS

Os questionamentos suscitados pelos recorrentes são a seguir analisados:

Questão 36

Procedem as alegações do recorrente.

De fato, a questão apresentou erro material, dessa forma a mesma será anulada.

QUESTÃO NULA.

DEFERIDO

III - DAS CONCLUSÕES

Diante do exposto, submetido o presente recurso à análise da Banca Examinadora, os mesmos foram julgados **DEFERIDOS e/ou INDEFERIDOS** de acordo com as decisões e fundamentações supra elencadas, com base no Capítulo IX do Edital que rege este Concurso Público. Fica reiterado que ***“A banca examinadora constitui única instância para recurso, sendo soberana em suas decisões, razão pela qual não caberão recursos adicionais.”***

Publique-se,

Fortaleza – CE, 25 de Novembro de 2024.

INSTITUTO CONSULPAM

PREFEITURA MUNICIPAL DE JAGUARUANA
DECISÃO DOS RECURSOS CONTRA GABARITO PRELIMINAR
CONCURSO PÚBLICO - EDITAL Nº 002/2024

I - DOS RECURSOS

Trata-se de recursos interpostos pelos candidatos concorrentes aos CARGOS **051 – PROFESSOR DA SALA DE RECURSO MULTIFUNCIONAL**, que insurgem contra a publicação do GABARITO PRELIMINAR da Prova Escrita Objetiva de Múltipla Escolha, conforme disposto no Edital 002/2024 do CONCURSO PÚBLICO DO PREFEITURA MUNICIPAL DE JAGUARUANA.

II - DA DISPOSIÇÃO E DOS FUNDAMENTOS
ANÁLISE DOS RECURSOS

Os questionamentos suscitados pelos recorrentes são a seguir analisados:

Questão 01

Improcedem as alegações do recorrente.

- II está incorreta, pois a descrição do segundo excerto não caracteriza necessariamente um texto publicitário.
- V está incorreta, pois o uso das siglas “SB” e “OMS” não indica desleixo, mas sim concisão e objetividade, que são apropriadas nos gêneros mencionados.

Gabarito mantido.

INDEFERIDO

Questão 04

Improcedem as alegações do recorrente.

d) A elipse do complemento nominal é uma estratégia de coesão textual que evita a repetição desnecessária de informações, tornando o texto mais conciso e fluido, sem comprometer sua clareza, pois a informação omitida é facilmente recuperável pelo contexto.

Explicação:

- Alternativa D está correta, pois a elipse (ou omissão) do complemento nominal é um recurso de coesão que torna o texto mais conciso e evita a repetição desnecessária, sem prejudicar a compreensão, pois o contexto permite que o leitor compreenda o que foi omitido.

Gabarito mantido.

INDEFERIDO

Questão 05

Improcedem as alegações do recorrente.

a) Tomar posse ou responsabilidade por algo.

- Este sentido não se aplica diretamente, já que não se trata de posse ou responsabilidade, mas sim de adoção de uma concepção.

c) Passar a ter uma determinada condição ou estado.

- Embora relacionado a mudanças, o foco aqui é mais sobre adoção consciente de uma concepção, não apenas a mudança de estado.

d) Tomar para si uma função ou cargo.

- Este sentido refere-se a assumir funções ou cargos, o que não é o caso no contexto apresentado.

Gabarito mantido.

INDEFERIDO

Questão 07

Improcedem as alegações do recorrente.

O único item correto é aquele que menciona “A pronúncia de “recordes” pode variar. Quando se refere ao substantivo (adjetivado) “recordes”, a pronúncia paroxítona é a mais adequada, mas já se registra a proparoxítona. Quando se refere ao verbo “recordar” na segunda pessoa do presente subjuntivo, a pronúncia paroxítona é a única correta.”

Gabarito mantido.

INDEFERIDO

Questão 08

Improcedem as alegações do recorrente.

O meme sugere, de forma irônica, que há uma cobrança excessiva por mais trabalho e produtividade, independentemente do estado emocional ou físico dos funcionários, ilustrando uma mentalidade que pode contribuir para o desenvolvimento do burnout. Isso amplia a discussão do Excerto 3 ao destacar uma cultura mais ampla de cobrança e produtividade, indo além da simples questão de responsabilidade das empresas

Gabarito mantido.

INDEFERIDO

Questão 12

Improcedem as alegações do recorrente.

1. $a^3 + b^3 = 20$
2. $a + b = 8$
3. $(a + b)^3 = 140$

Usamos a fórmula de expansão do cubo da soma:

$$(a + b)^3 = a^3 + b^3 + 3ab(a + b)$$

Substituímos os valores conhecidos:

$$140 = a^3 + b^3 + 3ab \cdot 8$$

Substituindo $a^3 + b^3 = 20$:

$$140 = 20 + 24ab$$

Agora, isolamos $24ab$:

$$140 - 20 = 24ab$$

$$120 = 24ab$$

Dividimos ambos os lados por 24:

$$ab = \frac{120}{24} = 5$$

Gabarito mantido.

INDEFERIDO

Questão 16

Improcedem as alegações do recorrente.

Para que as primeiras linhas de uma planilha fiquem sempre visíveis ao rolar para baixo, é necessário usar a configuração de “ver” e selecionar a opção “congelar”. Essa funcionalidade permite que as linhas (ou colunas) selecionadas fiquem fixas na parte superior da tela, facilitando a visualização de cabeçalhos ou informações importantes enquanto se navega pela tabela.

Gabarito mantido.

INDEFERIDO

Questão 20

Improcedem as alegações do recorrente.

Fundamentos constitucionais dos direitos e deveres fundamentais: direitos e deveres individuais e coletivos; direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade; direitos sociais; nacionalidade; cidadania e direitos políticos; partidos políticos; garantias constitucionais individuais; garantias dos direitos coletivos, sociais e políticos; remédios do Direito Constitucional.

PRÉVIA PARA RESPOSTA DE RECURSO:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm

CF/88: “Art. 7º. [...] XXXIII - proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de dezoito e de qualquer trabalho a menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos;” (grifou-se).

Gabarito mantido.

INDEFERIDO

III - DAS CONCLUSÕES

Diante do exposto, submetido o presente recurso à análise da Banca Examinadora, os mesmos foram julgados **DEFERIDOS e/ou INDEFERIDOS** de acordo com as decisões e fundamentações supra elencadas, com base no Capítulo IX do Edital que rege este Concurso Público. Fica reiterado que ***“A banca examinadora constitui única instância para recurso, sendo soberana em suas decisões, razão pela qual não caberão recursos adicionais.”***

Publique-se,

Fortaleza – CE, 25 de Novembro de 2024.

INSTITUTO CONSULPAM

PREFEITURA MUNICIPAL DE JAGUARUANA
DECISÃO DOS RECURSOS CONTRA GABARITO PRELIMINAR
CONCURSO PÚBLICO - EDITAL Nº 002/2024

I - DOS RECURSOS

Trata-se de recursos interpostos pelos candidatos concorrentes aos CARGOS **058 – PROFESSOR DE CIÊNCIAS**, que insurgem contra a publicação do GABARITO PRELIMINAR da Prova Escrita Objetiva de Múltipla Escolha, conforme disposto no Edital 002/2024 do CONCURSO PÚBLICO DO PREFEITURA MUNICIPAL DE JAGUARUANA.

II - DA DISPOSIÇÃO E DOS FUNDAMENTOS
ANÁLISE DOS RECURSOS

Os questionamentos suscitados pelos recorrentes são a seguir analisados:

Questão 27

Improcedem as alegações do recorrente.

- a) Errado: a vitamina A não é responsável pela síntese de gordura, glicogênio e aminoácidos.
- b) Errado: a vitamina que compõe pigmentos visuais é a vitamina A.
- c) Errado: a deficiência da vitamina C não causa defeitos congênitos.
- d) Correto: as informações do item estão dentro das características da vitamina E.
Campbell pag. 894

Gabarito mantido.

INDEFERIDO

Questão 38

Improcedem as alegações do recorrente.

- a) Correto: a descrição é de um tatuzinho de jardim.
- b) Errado: aracnídeos não tem antenas.
- c) Errado: diplópodes têm dois pares de patas por segmento.
- d) Moluscos não possuem patas

Gabarito mantido.

INDEFERIDO

III - DAS CONCLUSÕES

Diante do exposto, submetido o presente recurso à análise da Banca Examinadora, os mesmos foram julgados **DEFERIDOS e/ou INDEFERIDOS** de acordo com as decisões e fundamentações supra elencadas, com base no Capítulo IX do Edital que rege este Concurso Público. Fica reiterado que ***“A banca examinadora constitui única instância para recurso, sendo soberana em suas decisões, razão pela qual não caberão recursos adicionais.”***

Publique-se,

Fortaleza – CE, 25 de Novembro de 2024.

INSTITUTO CONSULPAM

PREFEITURA MUNICIPAL DE JAGUARUANA
DECISÃO DOS RECURSOS CONTRA GABARITO PRELIMINAR
CONCURSO PÚBLICO - EDITAL Nº 002/2024

I - DOS RECURSOS

Trata-se de recursos interpostos pelos candidatos concorrentes aos CARGOS 059 – PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA, que insurgem contra a publicação do GABARITO PRELIMINAR da Prova Escrita Objetiva de Múltipla Escolha, conforme disposto no Edital 002/2024 do CONCURSO PÚBLICO DO PREFEITURA MUNICIPAL DE JAGUARUANA.

II - DA DISPOSIÇÃO E DOS FUNDAMENTOS
ANÁLISE DOS RECURSOS

Os questionamentos suscitados pelos recorrentes são a seguir analisados:

Questão 16

Improcedem as alegações do recorrente.

Para que as primeiras linhas de uma planilha fiquem sempre visíveis ao rolar para baixo, é necessário usar a configuração de “ver” e selecionar a opção “congelar”. Essa funcionalidade permite que as linhas (ou colunas) selecionadas fiquem fixas na parte superior da tela, facilitando a visualização de cabeçalhos ou informações importantes enquanto se navega pela tabela.

Gabarito mantido.

INDEFERIDO

Questão 27

Improcedem as alegações do recorrente.

O projeto relatado por Rui Barbosa, buscava instituir uma sessão essencial de Ginástica em todas as escolas de ensino normal; estender a obrigatoriedade da Ginástica para ambos os gêneros (masculino e feminino).

Gabarito mantido.

INDEFERIDO

III - DAS CONCLUSÕES

Diante do exposto, submetido o presente recurso à análise da Banca Examinadora, os mesmos foram julgados **DEFERIDOS e/ou INDEFERIDOS** de acordo com as decisões e fundamentações supra elencadas, com base no Capítulo IX do Edital que rege este Concurso Público. Fica reiterado que ***“A banca examinadora constitui única instância para recurso, sendo soberana em suas decisões, razão pela qual não caberão recursos adicionais.”***

Publique-se,

Fortaleza – CE, 25 de Novembro de 2024.

INSTITUTO CONSULPAM

PREFEITURA MUNICIPAL DE JAGUARUANA
DECISÃO DOS RECURSOS CONTRA GABARITO PRELIMINAR
CONCURSO PÚBLICO - EDITAL Nº 002/2024

I - DOS RECURSOS

Trata-se de recursos interpostos pelos candidatos concorrentes aos CARGOS 060 – **PROFESSOR DE GEOGRAFIA**, que insurgem contra a publicação do GABARITO PRELIMINAR da Prova Escrita Objetiva de Múltipla Escolha, conforme disposto no Edital 002/2024 do CONCURSO PÚBLICO DO PREFEITURA MUNICIPAL DE JAGUARUANA.

II - DA DISPOSIÇÃO E DOS FUNDAMENTOS
ANÁLISE DOS RECURSOS

Os questionamentos suscitados pelos recorrentes são a seguir analisados:

Questão 04

Improcedem as alegações do recorrente.

d) A elipse do complemento nominal é uma estratégia de coesão textual que evita a repetição desnecessária de informações, tornando o texto mais conciso e fluido, sem comprometer sua clareza, pois a informação omitida é facilmente recuperável pelo contexto.

- Alternativa D está correta, pois a elipse (ou omissão) do complemento nominal é um recurso de coesão que torna o texto mais conciso e evita a repetição desnecessária, sem prejudicar a compreensão, pois o contexto permite que o leitor compreenda o que foi omitido.

Gabarito mantido.

INDEFERIDO

Questão 07

Improcedem as alegações do recorrente.

O único item correto é aquele que menciona “A pronúncia de “recordes” pode variar. Quando se refere ao substantivo (adjetivado) “recordes”, a pronúncia paroxítona é a mais adequada, mas já se registra a proparoxítona. Quando se refere ao verbo “recordar” na segunda pessoa do presente subjuntivo, a pronúncia paroxítona é a única correta.”

Gabarito mantido.

INDEFERIDO

Questão 29

Improcedem as alegações do recorrente.

O processo de favelização é de fato um indicador concreto dos problemas relacionados à segregação social em ambientes urbanos. Ele é resultado da falta de planejamento urbano adequado e da insuficiência na oferta de áreas de moradia adequadas para a população de baixa renda. Isso leva à concentração dessas populações em áreas precárias e muitas vezes perigosas, onde falta acesso a serviços básicos e qualidade de vida. A favelização é, portanto, um reflexo das desigualdades sociais e econômicas presentes nas cidades, e ressalta a necessidade urgente de políticas públicas eficazes para enfrentar esses desafios e promover uma urbanização mais inclusiva e sustentável.

Gabarito mantido.

INDEFERIDO

Questão 35

Improcedem as alegações do recorrente.

Os aspectos pedológicos do solo no bioma pantaneiro, como sua característica de ser raso e muitas vezes pobre em nutrientes, indicam que há uma forte ação do processo de lixiviação.

A lixiviação é um processo pelo qual os nutrientes solúveis presentes no solo, como minerais e íons nutrientes, são lavados para camadas mais profundas do solo devido à infiltração de água. Esse processo é mais acentuado em solos onde a drenagem é restrita, como é o caso do Pantanal, onde a água pode ficar acumulada temporariamente durante a estação chuvosa.

Gabarito mantido.

INDEFERIDO

Questão 39

Improcedem as alegações do recorrente.

A teoria neomalthusiana defende o controle do crescimento populacional como uma forma de evitar o agravamento de problemas sociais e econômicos, como a miséria, especialmente em países subdesenvolvidos. Essa teoria baseia-se nas ideias de Thomas Malthus, mas enfatiza a necessidade de políticas de controle populacional (como o uso de contraceptivos) para conter o avanço da pobreza e a pressão sobre os recursos naturais.

As outras alternativas estão incorretas:

- a) Reformista: Não é uma teoria demográfica amplamente reconhecida. Reformistas podem propor medidas para melhorar as condições de vida, mas não se concentram especificamente no controle populacional como as teorias malthusianas.
- b) Malthusiana: A teoria malthusiana também destaca os problemas causados pelo crescimento populacional, mas enfatiza a ideia de que a população cresce em progressão geométrica, enquanto os recursos crescem em progressão aritmética, o que levaria inevitavelmente à escassez. Contudo, ela não propõe o controle populacional de maneira tão explícita quanto a teoria neomalthusiana.
- d) Transição demográfica: A teoria da transição demográfica descreve as mudanças nos padrões de natalidade e mortalidade à medida que um país se desenvolve economicamente. Ela não defende explicitamente o controle da população, mas sim a mudança natural nos índices de natalidade e mortalidade conforme a sociedade passa de uma fase agrícola para uma fase industrializada.

Gabarito mantido.

INDEFERIDO

III - DAS CONCLUSÕES

Diante do exposto, submetido o presente recurso à análise da Banca Examinadora, os mesmos foram julgados **DEFERIDOS e/ou INDEFERIDOS** de acordo com as decisões e fundamentações supra elencadas, com base no Capítulo IX do Edital que rege este Concurso Público. Fica reiterado que ***“A banca examinadora constitui única instância para recurso, sendo soberana em suas decisões, razão pela qual não caberão recursos adicionais.”***

Publique-se,

Fortaleza – CE, 25 de Novembro de 2024.

INSTITUTO CONSULPAM

PREFEITURA MUNICIPAL DE JAGUARUANA
DECISÃO DOS RECURSOS CONTRA GABARITO PRELIMINAR
CONCURSO PÚBLICO - EDITAL Nº 002/2024

I - DOS RECURSOS

Trata-se de recursos interpostos pelos candidatos concorrentes aos CARGOS 064 – **PROFESSOR DE MATEMÁTICA**, que insurgem contra a publicação do GABARITO PRELIMINAR da Prova Escrita Objetiva de Múltipla Escolha, conforme disposto no Edital 002/2024 do CONCURSO PÚBLICO DO PREFEITURA MUNICIPAL DE JAGUARUANA.

II - DA DISPOSIÇÃO E DOS FUNDAMENTOS
ANÁLISE DOS RECURSOS

Os questionamentos suscitados pelos recorrentes são a seguir analisados:

Questão 33

Improcedem as alegações do recorrente.

Para a primeira inequação:

$$2(x+3) + 5 > 1$$

$$2x + 6 > -4$$

$$2x > -10$$

$$x > -5$$

Para a segunda inequação:

$$3(-2+x) - 2 < 1$$

$$-6 + 3x < 3$$

$$3x < 9$$

$$x < 3$$

Unindo ambas restrições, caímos em: $3 > x > -5$

Cujos valores inteiros estão em: $x = (-5, -5, -3, -2, -1, 0, 1, 2)$ 8 números inteiros.

Gabarito mantido.

INDEFERIDO

Questão 38

Procedem as alegações do recorrente.

De fato, a questão contém erro material, dessa forma a mesma será anulada.

QUESTÃO NULA.

DEFERIDO

Questão 39

Procedem as alegações do recorrente.

De fato, a questão contém erro material, dessa forma a mesma será anulada.

QUESTÃO NULA.

DEFERIDO

III - DAS CONCLUSÕES

Diante do exposto, submetido o presente recurso à análise da Banca Examinadora, os mesmos foram julgados **DEFERIDOS e/ou INDEFERIDOS** de acordo com as decisões e fundamentações supra elencadas, com base no Capítulo IX do Edital que rege este Concurso Público. Fica reiterado que ***“A banca examinadora constitui única instância para recurso, sendo soberana em suas decisões, razão pela qual não caberão recursos adicionais.”***

Publique-se,

Fortaleza – CE, 25 de Novembro de 2024.

INSTITUTO CONSULPAM

PREFEITURA MUNICIPAL DE JAGUARUANA
DECISÃO DOS RECURSOS CONTRA GABARITO PRELIMINAR
CONCURSO PÚBLICO - EDITAL Nº 002/2024

I - DOS RECURSOS

Trata-se de recursos interpostos pelos candidatos concorrentes aos CARGOS **065 – PROFESSOR PEDAGOGO**, que insurgem contra a publicação do GABARITO PRELIMINAR da Prova Escrita Objetiva de Múltipla Escolha, conforme disposto no Edital 002/2024 do CONCURSO PÚBLICO DO PREFEITURA MUNICIPAL DE JAGUARUANA.

II - DA DISPOSIÇÃO E DOS FUNDAMENTOS
ANÁLISE DOS RECURSOS

Os questionamentos suscitados pelos recorrentes são a seguir analisados:

Questão 07

Improcedem as alegações do recorrente.

O único item correto é aquele que menciona “A pronúncia de “recordes” pode variar. Quando se refere ao substantivo (adjetivado) “recordes”, a pronúncia paroxítona é a mais adequada, mas já se registra a proparoxítona. Quando se refere ao verbo “recordar” na segunda pessoa do presente subjuntivo, a pronúncia paroxítona é a única correta.”

Gabarito mantido.

INDEFERIDO

Questão 12

Improcedem as alegações do recorrente.

1. $a^3 + b^3 = 20$
2. $a + b = 8$
3. $(a + b)^3 = 140$

Usamos a fórmula de expansão do cubo da soma:

$$(a + b)^3 = a^3 + b^3 + 3ab(a + b)$$

Substituímos os valores conhecidos:

$$140 = a^3 + b^3 + 3ab \cdot 8$$

Substituindo $a^3 + b^3 = 20$:

$$140 = 20 + 24ab$$

Agora, isolamos $24ab$:

$$140 - 20 = 24ab$$

$$120 = 24ab$$

Dividimos ambos os lados por 24:

$$ab = \frac{120}{24} = 5$$

Gabarito mantido.

INDEFERIDO

Questão 37

Procedem as alegações do recorrente.

A alternativa C) é a correta porque reflete com precisão a teoria de Vygotsky, que reconhece a importância das ferramentas culturais, especialmente a linguagem, como mediadoras do desenvolvimento cognitivo. Para Vygotsky, a linguagem é fundamental tanto para a comunicação quanto para o desenvolvimento de funções psicológicas superiores, como o pensamento lógico.

De fato, mudança de D PARA C

Corresponde a mudança de Gabarito, na Prova 01 e 02, de D para C.

DEFERIDO

III - DAS CONCLUSÕES

Diante do exposto, submetido o presente recurso à análise da Banca Examinadora, os mesmos foram julgados **DEFERIDOS e/ou INDEFERIDOS** de acordo com as decisões e fundamentações supra elencadas, com base no Capítulo IX do Edital que rege este Concurso Público. Fica reiterado que ***“A banca examinadora constitui única instância para recurso, sendo soberana em suas decisões, razão pela qual não caberão recursos adicionais.”***

Publique-se,

Fortaleza – CE, 25 de Novembro de 2024.

INSTITUTO CONSULPAM

PREFEITURA MUNICIPAL DE JAGUARUANA
DECISÃO DOS RECURSOS CONTRA GABARITO PRELIMINAR
CONCURSO PÚBLICO - EDITAL Nº 002/2024

I - DOS RECURSOS

Trata-se de recursos interpostos pelos candidatos concorrentes aos CARGOS **069 - ENGENHEIRO CIVIL**, que insurgem contra a publicação do GABARITO PRELIMINAR da Prova Escrita Objetiva de Múltipla Escolha, conforme disposto no Edital 002/2024 do CONCURSO PÚBLICO DO PREFEITURA MUNICIPAL DE JAGUARUANA.

II - DA DISPOSIÇÃO E DOS FUNDAMENTOS
ANÁLISE DOS RECURSOS

Os questionamentos suscitados pelos recorrentes são a seguir analisados:

Questão 12

Improcedem as alegações do recorrente.

1. $a^3 + b^3 = 20$
2. $a + b = 8$
3. $(a + b)^3 = 140$

Usamos a fórmula de expansão do cubo da soma:

$$(a + b)^3 = a^3 + b^3 + 3ab(a + b)$$

Substituímos os valores conhecidos:

$$140 = a^3 + b^3 + 3ab \cdot 8$$

Substituindo $a^3 + b^3 = 20$:

$$140 = 20 + 24ab$$

Agora, isolamos $24ab$:

$$140 - 20 = 24ab$$

$$120 = 24ab$$

Dividimos ambos os lados por 24:

$$ab = \frac{120}{24} = 5$$

Gabarito mantido.
INDEFERIDO

Questão 22

Procedem as alegações do recorrente.

De fato, a questão apresentou erro material, dessa forma a mesma será anulada.

**QUESTÃO NULA.
DEFERIDO**

Questão 28

Improcedem as alegações do recorrente.

Construção de Edifícios: Impermeabilizações.

Temas de Engenharia Civil/Anísio de Sousa Mendes Filho. 6ª ed. Fortaleza: Expressão Gráfica Editora, 2015. Parte 9: Construção Civil:

“A compatibilização do produto impermeabilizante com o local e as condições de trabalho e exposição das peças a serem tratadas é fundamental para o bom desempenho futuro na prevenção de infiltrações, eflorescências e tudo mais que daí decorre.

Assim, por exemplo, (...) um reservatório de água elevado (numa torre ou edifício) construído em concreto armado exibe uma dinâmica típica de estrutura flexível, notadamente devido às variações que sofre seja pelas mudanças de nível de água (enchimento e esvaziamento), seja pelo gradiente de temperatura a que está sujeito. Nesse caso, é recomendável o emprego de material impermeabilizante flexível, capaz de acompanhar, sem perda de estanqueidade, as deformações do reservatório. No caso de um reservatório de água enterrado, os cuidados devem ser ainda maiores, haja vista que o risco potencial de contaminação pelo solo; além disso, a existência de vazamentos nem sempre é fácil de se perceber, uma alternativa seria a impermeabilização com material de base acrílica.

No caso de laje de concreto exposta (em terraço, por exemplo) pode ser impermeabilizada com manta asfáltica estruturada com poliéster – produzida a partir da modificação física do asfalto (betuminoso) com uma mescla de polímeros, o que lhe confere aderência, resistência e durabilidade.

Em se tratando de uma área de subsolo, em que o nível de água é raso, não sendo viável ou conveniente rebaixá-lo, aplica-se impermeabilizante de pega ultrarrápida, de modo a prevenir a degeneração do produto pelo contato com a água do solo.”

De acordo com a Bibliografia destacada, julgam-se os itens:

- a) revestimento impermeabilizante flexível. ITEM INCORRETO
- b) manta asfáltica pré-moldada de poliéster. ITEM INCORRETO
- c) impermeabilizante de pega ultrarrápida. ITEM CORRETO
- d) revestimento impermeabilizante de base acrílica. ITEM INCORRETO

Gabarito mantido.

INDEFERIDO

III - DAS CONCLUSÕES

Diante do exposto, submetido o presente recurso à análise da Banca Examinadora, os mesmos foram julgados **DEFERIDOS e/ou INDEFERIDOS** de acordo com as decisões e fundamentações supra elencadas, com base no Capítulo IX do Edital que rege este Concurso Público. Fica reiterado que ***“A banca examinadora constitui única instância para recurso, sendo soberana em suas decisões, razão pela qual não caberão recursos adicionais.”***

Publique-se,

Fortaleza – CE, 25 de Novembro de 2024.

INSTITUTO CONSULPAM

PREFEITURA MUNICIPAL DE JAGUARUANA
DECISÃO DOS RECURSOS CONTRA GABARITO PRELIMINAR
CONCURSO PÚBLICO - EDITAL Nº 002/2024

I - DOS RECURSOS

Trata-se de recursos interpostos pelos candidatos concorrentes aos CARGOS **070 - ENGENHEIRO ELÉTRICO**, que insurgem contra a publicação do GABARITO PRELIMINAR da Prova Escrita Objetiva de Múltipla Escolha, conforme disposto no Edital 002/2024 do CONCURSO PÚBLICO DO PREFEITURA MUNICIPAL DE JAGUARUANA.

II - DA DISPOSIÇÃO E DOS FUNDAMENTOS
ANÁLISE DOS RECURSOS

Os questionamentos suscitados pelos recorrentes são a seguir analisados:

Questão 26

Improcedem as alegações do recorrente.

- Afirmativa I está correta: na modalidade tarifária Azul, o consumidor contrata uma demanda separadamente para os períodos de ponta e fora de ponta, com tarifas de energia diferentes para cada um desses períodos.
- Afirmativa II está incorreta: na modalidade tarifária Verde, o consumidor contrata uma demanda única (não diferenciada para ponta e fora de ponta) e paga uma tarifa fixa de demanda. No entanto, a tarifa de energia não varia entre horários, sendo aplicada uma única tarifa de energia independente do horário de consumo.
- Afirmativa III está correta: na modalidade tarifária Branca, o consumidor não contrata demanda, e a tarifa de energia varia conforme o horário de consumo, com valores diferentes para os períodos de ponta, intermediário e fora de ponta.

Gabarito mantido.

INDEFERIDO

Questão 27

Improcedem as alegações do recorrente.

- Afirmativa I está correta: a resistividade do solo é um fator fundamental no dimensionamento do sistema de aterramento, pois afeta diretamente a eficiência do aterramento. Ela depende da composição química do solo, umidade, temperatura e outros fatores, mas não é influenciada pela densidade de corrente elétrica.
- Afirmativa II está incorreta: em sistemas TN-C, de fato, o condutor neutro e o condutor de proteção são combinados em um único condutor, chamado PEN (condutor de proteção e neutro). No entanto, essa combinação é usada em circuitos específicos, onde há normas de segurança mais restritas, e sua aplicação é limitada devido a questões de segurança.
- Afirmativa III está correta: em um sistema de aterramento tipo TT, as massas metálicas (partes condutivas expostas) da instalação elétrica têm seu próprio sistema de aterramento, que é independente do aterramento da fonte de energia, garantindo uma proteção adicional em casos de falha.

Gabarito mantido.

INDEFERIDO

III - DAS CONCLUSÕES

Diante do exposto, submetido o presente recurso à análise da Banca Examinadora, os mesmos foram julgados **DEFERIDOS e/ou INDEFERIDOS** de acordo com as decisões e fundamentações supra elencadas, com base no Capítulo IX do Edital que rege este Concurso Público. Fica reiterado que ***“A banca examinadora constitui única instância para recurso, sendo soberana em suas decisões, razão pela qual não caberão recursos adicionais.”***

Publique-se,

Fortaleza – CE, 25 de Novembro de 2024.

INSTITUTO CONSULPAM

PREFEITURA MUNICIPAL DE JAGUARUANA
DECISÃO DOS RECURSOS CONTRA GABARITO PRELIMINAR
CONCURSO PÚBLICO - EDITAL Nº 002/2024

I - DOS RECURSOS

Trata-se de recursos interpostos pelos candidatos concorrentes aos CARGOS **078 - ADVOGADO 20HS**, que insurgem contra a publicação do GABARITO PRELIMINAR da Prova Escrita Objetiva de Múltipla Escolha, conforme disposto no Edital 002/2024 do CONCURSO PÚBLICO DO PREFEITURA MUNICIPAL DE JAGUARUANA.

II - DA DISPOSIÇÃO E DOS FUNDAMENTOS
ANÁLISE DOS RECURSOS

Os questionamentos suscitados pelos recorrentes são a seguir analisados:

Questão 08

Improcedem as alegações do recorrente.

O meme sugere, de forma irônica, que há uma cobrança excessiva por mais trabalho e produtividade, independentemente do estado emocional ou físico dos funcionários, ilustrando uma mentalidade que pode contribuir para o desenvolvimento do burnout. Isso amplia a discussão do Excerto 3 ao destacar uma cultura mais ampla de cobrança e produtividade, indo além da simples questão de responsabilidade das empresas

Gabarito mantido.

INDEFERIDO

Questão 12

Improcedem as alegações do recorrente.

1. $a^3 + b^3 = 20$
2. $a + b = 8$
3. $(a + b)^3 = 140$

Usamos a fórmula de expansão do cubo da soma:

$$(a + b)^3 = a^3 + b^3 + 3ab(a + b)$$

Substituímos os valores conhecidos:

$$140 = a^3 + b^3 + 3ab \cdot 8$$

Substituindo $a^3 + b^3 = 20$:

$$140 = 20 + 24ab$$

Agora, isolamos $24ab$:

$$140 - 20 = 24ab$$

$$120 = 24ab$$

Dividimos ambos os lados por 24:

$$ab = \frac{120}{24} = 5$$

Gabarito mantido.

INDEFERIDO

Questão 17

Improcedem as alegações do recorrente.

A letra A está incorreta porque o comando que faz a seleção de todo o conteúdo do documento é o Ctrl+A

A letra B está correta porque Ctrl+N cria um documento.

A letra C está incorreta porque Ctrl+W fecha o documento.

A letra D está incorreta porque Ctrl+S salva o documento.

Gabarito mantido.

INDEFERIDO

Questão 20

Improcedem as alegações do recorrente.

Fundamentos constitucionais dos direitos e deveres fundamentais: direitos e deveres individuais e coletivos; direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade; direitos sociais; nacionalidade; cidadania e direitos políticos; partidos políticos; garantias constitucionais individuais; garantias dos direitos coletivos, sociais e políticos; remédios do Direito Constitucional.

PRÉVIA PARA RESPOSTA DE RECURSO:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm

CF/88: “Art. 7º. [...] XXXIII - proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de dezoito e de qualquer trabalho a menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos;” (grifou-se).

Gabarito mantido.

INDEFERIDO

Questão 23

Improcedem as alegações do recorrente.

Alternativa B (Correta): A inexigibilidade de licitação ocorre quando não há possibilidade de competição em razão da natureza singular do objeto ou da especialização técnica exigida, como na contratação de serviços técnicos especializados, prestados por profissionais ou empresas de notória especialização. O art. 74, inciso II, da Lei nº 14.133/2021 estabelece que a inviabilidade de competição caracteriza a inexigibilidade, especialmente em casos como a contratação de serviços técnicos profissionais especializados. Hely Lopes Meirelles destaca que a notória especialização é condição essencial para justificar a contratação direta, quando o objeto do contrato exige conhecimento específico e diferenciados (MEIRELLES, 2021, p. 355).

Alternativa A (Incorreta): A inexigibilidade de licitação não se aplica a bens comuns, mas a situações em que há inviabilidade de competição, como na contratação de serviços singulares ou de exclusividade. Para a aquisição de bens comuns, a licitação é obrigatória, salvo nas hipóteses de dispensa previstas no art. 75 da Lei nº 14.133/2021, quando os valores não ultrapassam os limites estabelecidos para a contratação direta.

Alternativa C (Incorreta): A dispensa de licitação em razão da urgência não é aplicável para qualquer situação de urgência, mas apenas quando a natureza do objeto está relacionada a serviços ou bens essenciais, como previsto no art. 75, inciso VIII, da Lei nº 14.133/2021. A urgência deve estar vinculada a situações excepcionais que exijam a contratação imediata, como desastres naturais ou calamidades públicas.

Alternativa D (Incorreta): A inexigibilidade de licitação não pode ser justificada com base na conveniência administrativa ou na identificação de fornecedores com preços competitivos. A inexigibilidade se aplica somente em casos onde a competição é inviável, como no fornecimento exclusivo ou na contratação de serviços técnicos especializados de natureza singular. O art. 74 da Lei nº 14.133/2021 é claro ao limitar as hipóteses de inexigibilidade a situações específicas de inviabilidade de competição.

Referências:

- DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. Direito Administrativo. 34ª ed. São Paulo: Atlas, 2022.
- MEIRELLES, Hely Lopes. Direito Administrativo Brasileiro. 46ª ed. São Paulo: Malheiros, 2021.

Legislação Citada:

- Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021 (Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos), arts. 74 e 75.

Gabarito mantido.

INDEFERIDO

Questão 26

Improcedem as alegações do recorrente.

Alternativa A (Correta): Os Tribunais de Contas têm a competência para julgar as contas de todos os administradores e responsáveis por bens, dinheiros e valores públicos, exceto no caso do Presidente da República, cujas contas são julgadas pelo Congresso Nacional, conforme disposto no art. 71, inciso I, da Constituição Federal. Hely Lopes Meirelles explica que a função primordial dos Tribunais de Contas é o controle externo da Administração, com poderes de julgamento sobre os gestores públicos, exceto no caso do chefe do Executivo federal (MEIRELLES, 2021, p. 746).

Alternativa B (Incorreta): As decisões dos Tribunais de Contas não possuem caráter meramente opinativo. Em determinadas situações, como a rejeição das contas de um gestor, essas decisões podem gerar efeitos jurídicos concretos, inclusive inelegibilidade, conforme prevê a Lei da Ficha Limpa (Lei Complementar nº 135/2010). As decisões dos Tribunais de Contas têm caráter vinculativo, não dependendo de homologação do Legislativo, exceto no caso de contas do chefe do Poder Executivo.

Alternativa C (Incorreta): Os Tribunais de Contas não têm competência para declarar a inconstitucionalidade de leis ou atos normativos. A função de controle de constitucionalidade é exclusiva do Poder Judiciário, sendo os Tribunais de Contas responsáveis apenas pelo controle de legalidade das despesas públicas e da gestão dos recursos, conforme o art. 71 da Constituição Federal.

Alternativa D (Incorreta): As decisões dos Tribunais de Contas não podem ser revistas pelo Poder Executivo. O controle realizado pelos Tribunais de Contas é independente, e suas decisões só podem ser revisadas pelo Poder Judiciário, caso haja impugnação. O Poder Executivo não possui competência para revisar decisões sobre o julgamento de contas, que são de caráter técnico e jurídico, conforme previsto na Constituição e na Lei nº 8.443/1992 (Lei Orgânica do Tribunal de Contas da União).

Referências:

- MEIRELLES, Hely Lopes. Direito Administrativo Brasileiro. 46ª ed. São Paulo: Malheiros, 2021.
- DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. Direito Administrativo. 34ª ed. São Paulo: Atlas, 2021.

Gabarito mantido.

INDEFERIDO

Questão 27

Improcedem as alegações do recorrente.

Alternativa B (Correta): A Lei de Improbidade Administrativa (Lei nº 8.429/1992) prevê que atos de improbidade podem ocorrer em três hipóteses: (i) quando há enriquecimento ilícito (art. 9º), (ii) quando há prejuízo ao erário (art. 10), e (iii) quando há violação dos princípios da Administração Pública (art. 11). A lei expressamente determina que atos que violem os princípios da administração podem ensejar a aplicação de sanções, independentemente de haver prejuízo patrimonial à Administração. Maria Sylvia Zanella Di Pietro observa que a simples violação dos princípios da moralidade e legalidade é suficiente para configurar improbidade administrativa (DI PIETRO, 2020, p. 657).

Alternativa A (Incorreta): Para a configuração de improbidade administrativa que cause prejuízo ao erário, a culpa pode ser suficiente, conforme previsto no art. 10 da Lei nº 8.429/1992. O dolo específico é exigido apenas nos casos de enriquecimento ilícito (art. 9º) e violação dos princípios administrativos (art. 11). Hely Lopes Meirelles explica que, no caso de prejuízo ao erário, a improbidade pode ser caracterizada mesmo na ausência de dolo, bastando a culpa (MEIRELLES, 2021, p. 845).

Alternativa C (Incorreta): A suspensão dos direitos políticos, conforme o art. 12 da Lei de Improbidade Administrativa, só pode ser aplicada em casos graves, com gradação conforme o tipo de ato cometido (enriquecimento ilícito, prejuízo ao erário ou violação de princípios). A aplicação de sanções deve ser proporcional à gravidade da conduta e às circunstâncias do caso.

Alternativa D (Incorreta): A Lei de Improbidade Administrativa prevê a responsabilização de particulares que se beneficiem de atos de improbidade administrativa cometidos por agentes públicos. O art. 3º da Lei nº 8.429/1992 estabelece que os particulares que concorrerem para a prática de atos de improbidade ou que se beneficiem direta ou indiretamente deles também podem ser responsabilizados. Celso Antônio Bandeira de Mello ressalta que a lei visa coibir tanto os atos dos agentes públicos quanto a colaboração e o proveito de particulares envolvidos nesses atos (BANDEIRA DE MELLO, 2021, p. 432).

Referências:

- DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. Direito Administrativo. 34ª ed. São Paulo: Atlas, 2020.
- MEIRELLES, Hely Lopes. Direito Administrativo Brasileiro. 46ª ed. São Paulo: Malheiros, 2021.
- BANDEIRA DE MELLO, Celso Antônio. Curso de Direito Administrativo. 37ª ed. São Paulo: Malheiros, 2021.

Legislação Citada:

- Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992 (Lei de Improbidade Administrativa), arts. 3º, 9º, 10, 11 e 12.

Gabarito mantido.

INDEFERIDO

Questão 28

Improcedem as alegações do recorrente.

Alternativa A (Correta): A Constituição Federal de 1988 estabelece, no art. 5º, §1º, que os direitos e garantias fundamentais têm aplicação imediata. Isso significa que, em regra, esses direitos não dependem de regulamentação para serem aplicados, sendo passíveis de invocação direta pelos cidadãos. A doutrina de José Afonso da Silva reforça que a aplicabilidade imediata dos direitos fundamentais constitui uma forma de garantir a proteção efetiva desses direitos, sem condicioná-los à regulamentação infraconstitucional (SILVA, 2020, p. 131).

Alternativa B (Incorreta): Embora alguns direitos fundamentais sociais possam exigir regulamentação para sua plena eficácia, eles não estão, por regra, desprovidos de eficácia imediata. A própria Constituição prevê alguns direitos sociais com aplicabilidade direta, como o direito à educação e à saúde, os quais, conforme Alexandre de Moraes, possuem eficácia mínima, mesmo antes de eventual regulamentação (MORAES, 2021, p. 175).

Alternativa C (Incorreta): As normas definidoras de direitos fundamentais não podem ser consideradas meramente programáticas. Embora algumas delas demandem políticas públicas para sua plena concretização, muitas possuem aplicabilidade imediata e podem ser invocadas diretamente no âmbito judicial, conforme o art. 5º, §1º, da Constituição Federal. Gilmar Ferreira Mendes esclarece que o caráter programático de certas normas não afeta o núcleo essencial dos direitos fundamentais, que deve ser garantido de forma imediata (MENDES, 2022, p. 204).

Alternativa D (Incorreta): O princípio da dignidade da pessoa humana, além de ser um dos fundamentos da República (art. 1º, III, da Constituição), é também um direito fundamental, pois está diretamente relacionado à proteção dos direitos da personalidade, incluindo a vida, a integridade física, e o direito à liberdade. A dignidade humana permeia toda a estrutura de direitos fundamentais e não pode ser dissociada desse contexto, conforme afirma Ingo Wolfgang Sarlet (SARLET, 2021, p. 95).

Referências:

- SILVA, José Afonso da. Curso de Direito Constitucional Positivo. 39ª ed. São Paulo: Malheiros, 2020.
- MORAES, Alexandre de. Constituição do Brasil Interpretada e Legislação Constitucional. 14ª ed. São Paulo: Atlas, 2021.
- MENDES, Gilmar Ferreira. Curso de Direito Constitucional. 14ª ed. São Paulo: Saraiva, 2022.
- SARLET, Ingo Wolfgang. Dignidade da Pessoa Humana e Direitos Fundamentais. 12ª ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2021.

Legislação Citada:

- Constituição Federal de 1988, art. 5º, §1º.
- Constituição Federal de 1988, art. 1º, III.

Gabarito mantido.

INDEFERIDO

Questão 29

Improcedem as alegações do recorrente.

Alternativa D (Correta): A Constituição Federal de 1988, em seu art. 5º, incisos LIV e LV, assegura que ninguém será privado de sua liberdade ou de seus bens sem o devido processo legal e que, em qualquer processo judicial ou administrativo, é garantido o contraditório e a ampla defesa, com os meios e recursos inerentes a essa defesa. Esses dispositivos são garantias essenciais para a preservação dos direitos individuais e impedem arbitrariedades por parte do Estado. José Afonso da Silva ressalta que o devido processo legal é um princípio fundamental que assegura a proteção jurídica plena aos cidadãos, tanto na esfera administrativa quanto na judicial (SILVA, 2020, p. 159).

Alternativa A (Incorreta): O princípio do contraditório e da ampla defesa é assegurado em todos os processos, tanto judiciais quanto administrativos, conforme o art. 5º, LV, da Constituição. Não pode ser relativizado em procedimentos administrativos, mesmo em situações que envolvam a ordem pública, pois constitui uma garantia fundamental. Alexandre de Moraes destaca que a ampla defesa e o contraditório são elementos centrais do Estado de Direito e não podem ser dispensados, independentemente do contexto (MORAES, 2021, p. 233).

Alternativa B (Incorreta): A inviolabilidade do domicílio é uma garantia individual prevista no art. 5º, XI, da Constituição Federal. A entrada em domicílio só é permitida mediante autorização judicial, salvo em casos de flagrante delito, desastre, ou para prestar socorro. A coleta de provas criminais sem autorização judicial viola essa garantia, conforme já decidido pelo Supremo Tribunal Federal (STF), que considera essa proteção como um direito fundamental inviolável, salvo nas exceções constitucionalmente previstas.

Alternativa C (Incorreta): A Constituição Federal veda a prisão por dívida, exceto nos casos de inadimplemento de obrigação alimentar e de depositário infiel, conforme o art. 5º, LXVII. No entanto, desde a decisão do STF (Súmula Vinculante nº 25), a prisão civil de depositário infiel foi considerada inconstitucional, restando apenas a prisão por inadimplemento de obrigação alimentícia como hipótese legítima de prisão por dívida. Gilmar Ferreira Mendes afirma que essa decisão consagra uma interpretação mais garantista da liberdade individual (MENDES, 2022, p. 431).

Referências:

- SILVA, José Afonso da. Curso de Direito Constitucional Positivo. 39ª ed. São Paulo: Malheiros, 2020.
- MORAES, Alexandre de. Constituição do Brasil Interpretada e Legislação Constitucional. 14ª ed. São Paulo: Atlas, 2021.
- MENDES, Gilmar Ferreira. Curso de Direito Constitucional. 14ª ed. São Paulo: Saraiva, 2022.

Legislação Citada:

- Constituição Federal de 1988, art. 5º, incisos LIV, LV, XI e LXVII.
- Súmula Vinculante nº 25 do STF.

Gabarito mantido.

INDEFERIDO

Questão 34

Improcedem as alegações do recorrente.

Alternativa B (Correta): No contrato bilateral, ambas as partes se obrigam reciprocamente. Um exemplo clássico é o contrato de compra e venda, no qual o vendedor se obriga a entregar a coisa, e o comprador se obriga a pagar o preço, conforme o art. 481 do Código Civil. A reciprocidade de obrigações é uma característica essencial dos contratos bilaterais, sendo também conhecida como sinalagma. Orlando Gomes explica que a reciprocidade de obrigações em contratos bilaterais define a estrutura do sinalagma, em que as prestações de ambas as partes se equilibram (GOMES, 2021, p. 241).

Alternativa A (Incorreta): O contrato unilateral é aquele em que apenas uma das partes assume obrigação, como no caso do contrato de doação pura ou do depósito voluntário. Não há reciprocidade de obrigações, ou seja, uma das partes beneficia-se sem que tenha de prestar contraprestação alguma. O art. 539 do Código Civil define o contrato unilateral como aquele em que apenas uma das partes assume obrigação.

Alternativa C (Incorreta): Nos contratos gratuitos, como a doação, não há equivalência de obrigações entre as partes. Pelo contrário, apenas uma das partes, o doador, assume uma obrigação, enquanto a outra parte, o donatário, é beneficiada sem precisar prestar contraprestação. A doação é um exemplo clássico de contrato unilateral e gratuito, conforme previsto no art. 538 do Código Civil.

Alternativa D (Incorreta): O contrato comutativo é aquele em que as prestações são certas e determinadas desde o início, sendo possível para as partes aferir as vantagens e desvantagens de forma equilibrada. A definição apresentada na alternativa corresponde ao contrato aleatório, no qual as obrigações dependem de um evento futuro e incerto, como no caso dos contratos de seguro. O art. 458 do Código Civil diferencia os contratos comutativos dos contratos aleatórios.

Referências:

- GOMES, Orlando. Contratos. 32ª ed. Rio de Janeiro: Forense, 2021.
- DINIZ, Maria Helena. Curso de Direito Civil Brasileiro, Volume 3: Teoria Geral das Obrigações e Teoria Geral dos Contratos. 33ª ed. São Paulo: Saraiva, 2020.

Legislação Citada:

- Código Civil Brasileiro (Lei nº 10.406/2002), arts. 481, 538, 539 e 458.

Gabarito mantido.

INDEFERIDO

Questão 38

Improcedem as alegações do recorrente.

Alternativa C (Correta): A ADPF tem como objetivo evitar ou reparar lesão a preceito fundamental decorrente de atos normativos ou de atos do poder público que violem a Constituição. O art. 1º da Lei nº 9.882/1999 estabelece que a ADPF pode ser proposta sempre que houver risco de lesão a um preceito fundamental, independentemente da existência de outro meio eficaz de sanar a lesão. Gilmar Ferreira Mendes destaca que a ADPF se diferencia de outras ações de controle de constitucionalidade por sua amplitude, sendo aplicável a qualquer tipo de ato, normativo ou não, desde que haja ofensa a preceitos fundamentais (MENDES, 2022, p. 312).

Alternativa A (Incorreta): A legitimidade para propor a ADPF não é exclusiva de partidos políticos e da Mesa do Senado Federal. Conforme o art. 2º, I, da Lei nº 9.882/1999 e o art. 103 da Constituição Federal, outros legitimados, como o Presidente da República, o Procurador-Geral da República e o Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), também possuem legitimidade para propor a ADPF.

Alternativa B (Incorreta): As decisões proferidas em ADPF possuem efeito vinculante, conforme o art. 10, §3º, da Lei nº 9.882/1999, e eficácia erga omnes, aplicando-se a todos os órgãos do Poder Judiciário e da Administração Pública, e não apenas às partes diretamente envolvidas na ação. Essa característica é similar à das decisões nas ações de controle concentrado de constitucionalidade.

Alternativa D (Incorreta): A ADPF não exige o esgotamento das vias ordinárias como condição para ser proposta. Ela é um mecanismo de controle de constitucionalidade direto e autônomo, que pode ser utilizado sempre que houver risco de lesão a preceito fundamental, mesmo na ausência de outro meio eficaz para a tutela do direito. A subsidiariedade, prevista no art. 4º, §1º, da Lei nº 9.882/1999, refere-se à inexistência de outro meio eficaz, mas não ao esgotamento das vias ordinárias.

Referências:

- MENDES, Gilmar Ferreira. Curso de Direito Constitucional. 14ª ed. São Paulo: Saraiva, 2022.
- MORAES, Alexandre de. Constituição do Brasil Interpretada e Legislação Constitucional. 14ª ed. São Paulo: Atlas, 2021.

Legislação Citada:

- Constituição Federal de 1988, art. 103.
- Lei nº 9.882, de 3 de dezembro de 1999 (Dispõe sobre o processo e julgamento da ADPF), arts. 1º, 2º, e 10, §3º.

Gabarito mantido.

INDEFERIDO

Questão 39

Improcedem as alegações do recorrente.

Alternativa A (Correta): A Certidão da Dívida Ativa (CDA), documento que embasa a execução fiscal, goza de presunção de liquidez, certeza e exigibilidade, conforme o art. 3º da Lei nº 6.830/1980. Essa presunção é relativa, ou seja, o devedor pode desconstituir a CDA por meio de embargos à execução fiscal, desde que garanta o juízo. Leandro Paulsen ressalta que a presunção relativa da CDA coloca o ônus da prova no executado, que deve impugná-la via embargos (PAULSEN, 2021, p. 367).

Alternativa B (Incorreta): A execução fiscal só pode ser proposta com a apresentação da Certidão da Dívida Ativa (CDA), que é o título executivo extrajudicial que embasa a cobrança da dívida ativa. O art. 6º da Lei de Execuções Fiscais exige expressamente a CDA para o ajuizamento da execução fiscal. A mera alegação de inadimplemento não é suficiente.

Alternativa C (Incorreta): O art. 11 da Lei de Execuções Fiscais prevê que o devedor pode nomear bens à penhora, mas a Fazenda Pública pode recusar a indicação de bens quando não observar a ordem legal de preferência (dinheiro, fiança bancária ou seguro garantia). Bens de maior liquidez, como dinheiro em depósito ou aplicação financeira, têm preferência.

Alternativa D (Incorreta): A execução fiscal pode tramitar na Justiça Estadual, quando se trata de cobrança de dívida ativa de estados ou municípios, conforme prevê o art. 24 da Constituição Federal. A Justiça Federal é competente apenas para execuções fiscais promovidas pela União, autarquias e fundações públicas federais.

Referências:

- PAULSEN, Leandro. Direito Tributário: Constituição e Código Tributário Nacional Comentados. 25ª ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2021.
- AMARO, Luciano. Direito Tributário Brasileiro. 23ª ed. São Paulo: Saraiva, 2020.

Legislação Citada:

- Lei nº 6.830, de 22 de setembro de 1980 (Lei de Execuções Fiscais), arts. 3º, 6º e 11.
- Constituição Federal de 1988, art. 24.

Gabarito mantido.

INDEFERIDO

III - DAS CONCLUSÕES

Diante do exposto, submetido o presente recurso à análise da Banca Examinadora, os mesmos foram julgados **DEFERIDOS e/ou INDEFERIDOS** de acordo com as decisões e fundamentações supra elencadas, com base no Capítulo IX do Edital que rege este Concurso Público. Fica reiterado que ***“A banca examinadora constitui única instância para recurso, sendo soberana em suas decisões, razão pela qual não caberão recursos adicionais.”***

Publique-se,

Fortaleza – CE, 25 de Novembro de 2024.

INSTITUTO CONSULPAM

PREFEITURA MUNICIPAL DE JAGUARUANA
DECISÃO DOS RECURSOS CONTRA GABARITO PRELIMINAR
CONCURSO PÚBLICO - EDITAL Nº 002/2024

I - DOS RECURSOS

Trata-se de recursos interpostos pelos candidatos concorrentes aos CARGOS **VIGIA**, que insurgem contra a publicação do GABARITO PRELIMINAR da Prova Escrita Objetiva de Múltipla Escolha, conforme disposto no Edital 002/2024 do CONCURSO PÚBLICO DO PREFEITURA MUNICIPAL DE JAGUARUANA.

II - DA DISPOSIÇÃO E DOS FUNDAMENTOS
ANÁLISE DOS RECURSOS

Os questionamentos suscitados pelos recorrentes são a seguir analisados:

Questão 09

Improcedem as alegações do recorrente.

‘Milênios’ indica um período de tempo muito longo, composto por mil anos. É um substantivo. ‘Século’ também indica um período de tempo, correspondente a cem anos. É um substantivo. ‘Aumento’ indica um crescimento, uma elevação em quantidade ou intensidade. É um substantivo.

Gabarito mantido.
INDEFERIDO

Questão 16

Improcedem as alegações do recorrente.

Avaliar a compreensão do candidato sobre as propriedades dos conjuntos, incluindo a noção de elementos distintos, pertinência, subconjuntos, e as operações básicas de união e interseção.

Fonte: HAZZAN, Samuel. Matemática Básica - Para Administração, Economia, Contabilidade e Negócios . Rio de Janeiro: Grupo GEN, 2021.

Gabarito mantido.
INDEFERIDO

Questão 21

Improcedem as alegações do recorrente.

Quanto à questão ora solicitada anulação, refere-se a NBR-6 que dispõe sobre os Equipamentos de Proteção Individual (EPI), sobre este tema, empregador e/ou organização, correspondem ao mesmo institucional.

Posto isso, as alternativas corretas em consonância ao item 6.5 da norma que dispõe sobre as responsabilidades da organização:

6.5 Responsabilidades da organização

6.5.1 Cabe à organização, quanto ao EPI:

- a) adquirir somente o aprovado pelo órgão de âmbito nacional competente em matéria de segurança e saúde no trabalho;
- b) orientar e treinar o empregado;
- c) fornecer ao empregado, gratuitamente, EPI adequado ao risco, em perfeito estado de conservação e funcionamento, nas situações previstas no subitem 1.5.5.1.2 da Norma

Regulamentadora nº 01 (NR-01) - Disposições Gerais e Gerenciamento de Riscos Ocupacionais, observada a hierarquia das medidas de prevenção;

- d) registrar o seu fornecimento ao empregado, podendo ser adotados livros, fichas ou sistema eletrônico, inclusive, por sistema biométrico;
- e) exigir seu uso;
- f) responsabilizar-se pela higienização e manutenção periódica, quando aplicáveis esses procedimentos, em conformidade com as informações fornecidas pelo fabricante ou importador;
- g) substituir imediatamente, quando danificado ou extraviado; e
- h) comunicar ao órgão de âmbito nacional competente em matéria de segurança e saúde no trabalho qualquer irregularidade observada.

São corretas apenas as alternativas III e IV em correspondência ao texto da lei.

Gabarito mantido.

INDEFERIDO

Questão 28

Improcedem as alegações do recorrente.

CONFORME APOSTILA DE CURSO BÁSICO EM SEGURANÇA DO TRABALHO, DA ESCOLA DE GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL/DF, ANO 2015, PÁGINA 45:

E - ABC

O agente pó ABC isola quimicamente os materiais combustíveis de classe A, derretendo e aderindo à superfície do material em combustão. Atua abafando e interrompendo a reação em cadeia de incêndios da classe B. Não é condutor de eletricidade. Devido à sua fácil operação e uso universal, os **extintores ABC** são indicados para proteção residencial e comercial, com aplicações para a indústria. O alcance do jato é de 5 a **7 metros**.

Gabarito mantido.

INDEFERIDO

Questão 29

Improcedem as alegações do recorrente.

Mesmo que no edital não tenha um tópico com nome “atribuições”, um dos tópicos menciona sobre conhecimentos básicos inerentes a área de atuação. Dessa forma, o assunto é amplo e pode ser desenvolvido de diversas formas.

Gabarito mantido.

INDEFERIDO

Questão 38

Procedem as alegações do recorrente.

De fato, a questão apresenta erro material, a mesma será anulada.

QUESTÃO NULA.

DEFERIDO

III - DAS CONCLUSÕES

Diante do exposto, submetido o presente recurso à análise da Banca Examinadora, os mesmos foram julgados **DEFERIDOS e/ou INDEFERIDOS** de acordo com as decisões e fundamentações supra elencadas, com base no Capítulo IX do Edital que rege este Concurso Público. Fica reiterado que ***“A banca examinadora constitui única instância para recurso, sendo soberana em suas decisões, razão pela qual não caberão recursos adicionais.”***

Publique-se,

Fortaleza – CE, 25 de Novembro de 2024.

INSTITUTO CONSULPAM

PREFEITURA MUNICIPAL DE JAGUARUANA
DECISÃO DOS RECURSOS CONTRA GABARITO PRELIMINAR
CONCURSO PÚBLICO - EDITAL Nº 002/2024

I - DOS RECURSOS

Trata-se de recursos interpostos pelos candidatos concorrentes aos CARGOS **084 - AUXILIAR DE ESPORTES**, que insurgem contra a publicação do GABARITO PRELIMINAR da Prova Escrita Objetiva de Múltipla Escolha, conforme disposto no Edital 002/2024 do CONCURSO PÚBLICO DO PREFEITURA MUNICIPAL DE JAGUARUANA.

II - DA DISPOSIÇÃO E DOS FUNDAMENTOS
ANÁLISE DOS RECURSOS

Os questionamentos suscitados pelos recorrentes são a seguir analisados:

Questão 22

Procedem as alegações do recorrente.

De fato, a questão contém erro material, dessa forma a mesma será anulada.

QUESTÃO NULA.

DEFERIDO

III - DAS CONCLUSÕES

Diante do exposto, submetido o presente recurso à análise da Banca Examinadora, os mesmos foram julgados **DEFERIDOS e/ou INDEFERIDOS** de acordo com as decisões e fundamentações supra elencadas, com base no Capítulo IX do Edital que rege este Concurso Público. Fica reiterado que ***“A banca examinadora constitui única instância para recurso, sendo soberana em suas decisões, razão pela qual não caberão recursos adicionais.”***

Publique-se,

Fortaleza – CE, 25 de Novembro de 2024.

INSTITUTO CONSULPAM